

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 18

18 de setembro de 2018

(10,17 h – 12,53 h)

Ordem do dia: Audição do Eng.º José Penedos (Chief Executive Officer (CEO) da REN - Redes Energéticas Nacionais, entre 2001-2009)

Presidente da Comissão: Maria das Mercês Borges

Deputados:

Jorge Costa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Fátima Ramos (PSD)

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 17 minutos.

Cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Deputados, todos os presentes e dirijo um cumprimento especial ao Sr. Eng.^o José Penedos, que hoje é ouvido no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamentos de Rendas Excessivas aos produtores de Eletricidade. Sr. Eng.^o bem-vindo a esta Comissão.

No modelo que já lhe foi transmitido, irei conceder-lhe cerca de 15 minutos para uma intervenção inicial, posteriormente passarei a palavra aos grupos parlamentares que, numa primeira ronda de pergunta/resposta, disporão de oito minutos cada, sendo que darei a palavra, quer aos Deputados quer ao Sr. Engenheiro, apenas uma primeira vez, por forma a permitir que seja mais fácil a interação entre quem pergunta e quem responde.

Depois, passaremos a uma segunda ronda de perguntas em que cada grupo parlamentar dispõe de cinco minutos e o Sr. Engenheiro responderá no fim, tendo disponível o tempo que resultar da soma dos tempos usados pelos Srs. Deputados.

Teremos, ainda, uma terceira ronda para os esclarecimentos que sejam considerados ainda necessários responder, dispondo cada grupo parlamentar de três minutos e o Sr. Engenheiro responderá no final.

Assim, dando início à nossa audição/inquirição de hoje, passo a palavra ao Sr. Engenheiro José Penedos para a sua intervenção inicial.

Queira ter a gentileza, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **José Penedos** (Chief Executive Officer (CEO) da REN - Redes Energéticas Nacionais, entre 2001-2009): — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, preparei uma pequena intervenção sobre segurança de abastecimento, porque é uma função nuclear de um transportador. Eu fui gestor da rede de transporte e, portanto, estou a fazer com esta introdução uma homenagem ao tempo em que fui presidente.

A segurança de abastecimento, hoje, está presente nas opções energéticas de todos os governos europeus na caracterização das respetivas estratégias de desenvolvimento.

Que tipo de bloqueios estruturais permanecem face a uma perspetiva mais liberalizadora? Acima de todos, a dependência de fornecimentos externos à área geográfica da União Europeia, em particular de petróleo e de gás, conjugada com a rigidez da estrutura de capital intensiva do setor.

A dependência externa agravou-se com a adoção progressiva do gás natural para a produção de eletricidade, ao longo da década de 90, conjugada com a fraca penetração das renováveis e o sucesso muito limitado das medidas de eficiência energética.

Quanto ao gás ficam a pontuar as dificuldades surgidas com os fornecimentos de gás da Rússia à Ucrânia e, através desta, a outros países destinatários.

Quanto a renováveis, a União Europeia instalou um clima único de promoção, através de metas nacionais consistentes com os objetivos 2020, beneficiando um segmento menos intensivo em capital.

Reconhecendo a especial particularidade da rede de transporte, a Comissão Europeia anunciou a intenção de favorecer o aparecimento de uma rede europeia vocacionada para a receção de toda a energia renovável, em particular a eólica *offshore*, e avançou com um plano de apoio substancial ao reforço da capacidade de interligação entre os países membros, quer nas redes de eletricidade quer de gasodutos.

Convém sublinhar que não haverá racionalidade nenhuma que permita sobreviver num espaço cada vez mais integrado, como o da União Europeia, com estratégias isolacionistas de cariz autónomo, votadas ao fracasso na medida em que o mercado interno se aprofunde.

Assim, a segurança de abastecimento, como preocupação de Estado, não sendo redutível ao funcionamento estrito de mecanismos de mercado, tem de ser gerida em espaço integrado de forma a preservar os cidadãos e a economia de qualquer sobressalto, da exclusão.

Finalmente, merece referência o acolhimento muito significativo à penetração da energia solar com o alargamento da iniciativa euro-mediterrânica aos países do Magreb, com a construção de novas redes de transporte entre a Europa e a região.

Nesta abordagem, que não poderia ser mais sucinta, percebe-se o lugar da cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia na definição dos níveis críticos de segurança de abastecimento compatíveis com o lugar que cada país quer ter e pode ter em contexto de economia integrada na competitividade da economia europeia.

O esgotamento dos combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural num horizonte que se cumpre no século XXI, constitui o maior incentivo à renovação tecnológica do sistema produtivo nos países comunitários na sua relação com a energia.

A título de exemplo enunciemos o que se espera na próxima década para a evolução do setor automóvel. Seja pela introdução dos híbridos seja pela introdução do veículo elétrico, vamos ter mudanças muito significativas, sendo que os cidadãos vão poder organizar-se entre utilizadores diários de mobilidade ou o carregamento da respetiva bateria para levar ao mercado, de acordo com o valor económico da respetiva opção.

É a isto que se chama uma alteração de paradigma na gestão do sistema elétrico. Em vez da produção reagir à procura, envolvendo novos meios ou

retirando-os de acordo com a subida ou a descida da procura e, dessa forma, pela via dos preços de mercado, controlar a produção.

Temos de ver no mercado internacional a aquisição de uma rede de transporte da E.ON pela empresa TenneT, holandesa, como uma abertura de caminho numa área muito soberanista a novas fusões e aquisições que contribuem para uma economia europeia sem fronteiras.

O esforço regulador em curso a nível europeu, finalmente, visa harmonizar regulações nacionais de forma a evitar fenómenos de distorção de concorrência ou de subsidiação cruzada de outras atividades a empresas e setores.

A sustentabilidade é, para cada país, o equilíbrio que otimiza os recursos nacionais disponíveis, incluindo a interligação com os sistemas vizinhos e que permite ao sistema nacional de energia uma comparação internacional de *performance* preço/qualidade que seja atrativa para a localização de novas atividades ou que, pelo menos, não expulse capacidade instalada.

Por aqui passa também a coesão económico-social do espaço integrado, havendo ainda grande controvérsia na avaliação séria dos efeitos de mudança climática provocados pelos gases de efeito de estufa.

Retenhamos, simplesmente, a preocupação de defesa das economias dos Estados em presença, sem desconsiderar o esforço realizado pela União Europeia, e pelas sucessivas presidências, à vinculação de metas individuais da emissão de gases poluentes.

Para concluir, relembro o *Livro Verde — Uma estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura*, de 2006, que identifica três pilares que acabámos de abordar e os seis domínios, que constam do índice, que vão desde a energia para o crescimento e emprego na Europa até uma política energética, externa e coerente, passando pela abordagem

integrada para o combate às alterações climáticas até ao plano estratégico europeu para as tecnologias energéticas.

No fim desta reflexão cabe realçar a atualidade da proposta da Comissão Europeia no que respeita a uma rede europeia de energia, desde logo, como instrumento para a realização do mercado interno; mais capacidade de trocas transfronteiriças de energia com vista a reduzir o atraso na harmonização regulatória entre Estados-Membros; ou a emergência de atos governativos tipificáveis como de nacionalismo económico.

A Comissão Europeia tem feito um percurso não despidendo numa tarefa ingente de concertação de interesses contraditórios na construção do mercado interno de energia, preparando uma solução estratégica que, por via da melhoria da capacidade de trânsito entre mercados nacionais, permite, por um lado, pôr em questão alguns casos de estrutura mais concentrada, favorecer a livre escolha dos consumidores e, ainda, racionalizar escolhas de tecnologia e de localização de novos centros de produção sem relação imediata com as necessidades nacionais.

A Sr.^a **Presidente**: — Finda a intervenção inicial, que agradecemos, passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, quero começar por cumprimentar o Sr. Eng.^o José Penedos e agradecer-lhe a intervenção que fez.

Nesta Comissão de Inquérito, o Eng.^o Mira Amaral, referiu o facto de ter realizado, no seu tempo de ministro, apenas dois contratos de aquisição de energia (CAE) com a Tejo Energia e com a Turbogás, atribuindo a autoria dos restantes contratos de aquisição de energia ao Governo socialista, de que

o senhor fez parte, enquanto Sr. Secretário de Estado da Energia, celebrados em 1996 em relação às centrais da EDP.

A função dos contratos de aquisição de energia, tal como apresentados pelo Eng.º Mira Amaral, era a de atrair investimento para poder reforçar a capacidade em Portugal. No caso da EDP tratava-se de centrais já construídas, em funcionamento há largos anos e amplamente amortizadas.

Qual era a função dos CAE no caso das centrais EDP? Foi a decisão de os fazer, com essas centrais, tomada em função do imperativo da lei ou...

O Sr. **Presidente**: — Importa-se de repetir a pergunta, por favor?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Estava a perguntar se a decisão de fazer CAE com as centrais da EDP foi tomada como uma opção política, entre outras possíveis, ou se foi fruto de formulação legal vinda da lei de 1995.

Qual era a função dos CAE no caso das centrais da EDP, uma vez que elas estavam já construídas e em funcionamento, amplamente amortizadas e, portanto, a função de atrair investimento para reforço da capacidade neste caso não existia. Qual era, portanto, a função dos CAE?

A Sr.ª **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Eng.º José Penedos.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não vou comentar nenhuma das questões colocadas pelo Eng.º Mira Amaral por uma questão muito simples: o Eng.º Mira Amaral tem o seu perfil e o seu estilo e não vou colidir com ninguém nem no estilo nem em qualquer coisa parecida com isso.

Portanto, a única coisa que quero dizer sobre CAE é que os CAE que tiveram lugar ao longo do período em que fui Secretário de Estado da Energia foram CAE decididos em ambiente de controlo do Estado. O Estado é que

decidiu fazer os CAE na sequência da lei de 1995; não foi uma lei nova que foi feita para fazer os CAE. Os CAE, contratos de aquisição de energia, são uma sequência pura do decreto-lei de 1995.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E qual era o objetivo de realizar CAE com centrais já construídas e em funcionamento?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O objetivo o Sr. Deputado pode interrogar-se, de muitas maneiras, sobre a responsabilidade de quem decide fazer CAE. A verdade é que as empresas que estavam na altura em funcionamento tinham dificuldades para realizar os seus investimentos. Portanto, precisavam de algum apoio do Estado. E o Estado resolveu fazer isso, resolveu fazê-lo pela via, se quiser, não da subsidiação mas do apoio específico a empresas que estavam em funcionamento.

Não esqueçamos que havia empresas hidroelétricas no País todo, em particular no Vale do Douro e do Cávado e, depois, vínhamos por aí abaixo até ao Mondego.

Todas essas entidades tinham dificuldades de conciliar os investimentos que tinham de fazer em manutenção. A maior parte delas tinha dificuldade em realizar o chamado equilíbrio financeiro para a simples manutenção.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas a ideia de realizar contratos com altas rentabilidades garantidas durante 20 anos foi a melhor ideia que puderam ter em relação ao apoio a estas empresas para os custos de manutenção?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não respondo por isso, como pode imaginar, porque não tive nenhuma responsabilidade direta no estabelecimento dessas indemnizações compensatórias.

A única coisa que lhe posso dizer é que os CAE têm uma explicação temporal que tem de ser encontrada na sequência da lei de 1995.

Quem quiser alienar responsabilidades pessoais em virtude de não ser titular da função de governo após 1995 perde o seu tempo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, o que está a dizer é que, com a lei de 1995, o senhor não teve outra opção senão a de fazer os CAE?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O que estou a dizer é diferente; o que estou a dizer é que não tive nenhuma participação direta, pessoal, individual, qualificada para fazer os CAE. Nenhuma! Os CAE foram opção de Estado e, como tal, tem de ser perguntado à EDP.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, na altura, quando os realizou, quem representava o Estado era o Sr. Engenheiro, enquanto Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Isso é benefício da sua gentileza, porque o Secretário de Estado da Energia tinha uma dependência absoluta de um senhor que era Ministro da Economia. Dependência absoluta!

Portanto, não era uma pessoa autónoma para fazer iniciativas das quais resultassem investimentos ou apoios específicos às empresas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O senhor alguma vez tomou a iniciativa, junto do seu ministro, de se distanciar destas opções?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pode repetir?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O senhor alguma vez se distanciou destas opções, junto do seu ministro?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não vou estar a comentar, a título nenhum, o que fiz como Secretário de Estado da Energia em diálogo com o meu Ministro da Economia, que, imagino, sabe quem era, na altura. Essa pessoa foi de uma enorme gentileza para mim enquanto membro do Governo. Não lhe vou pagar dizendo mal do tempo em que fomos Secretário de Estado e Ministro da Economia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas esta Comissão de Inquérito trata do apuramento de factos e de opções políticas passadas. Portanto, o lugar à gratidão não pode dar lugar ao silêncio. Há respostas que têm de ser dadas.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não é um problema de gratidão nem de silêncio, é um problema de respeito pela dualidade que existe entre um Secretário de Estado e um Ministro da Economia, Daniel Bessa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já foi referido nesta Comissão que a REN esteve em várias reuniões com o Governo para a preparação da lei dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual). O senhor esteve em alguma dessas reuniões?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não tenho nenhuma ideia de participar em qualquer reunião sobre os CMEC.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No dia 13 de fevereiro de 2004, a Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e o Governo receberam os

primeiros comentários da REN à lei dos CMEC, enviados pelo Eng.º Vítor Baptista e com a luz verde do Presidente da REN.

As duas principais críticas eram sobre a introdução de um prémio de risco e a queda da lei do mecanismo de verificação de disponibilidade.

Como é que foi a reação do Governo a essas críticas da REN?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não tenho memória disso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A REN já tinha dado opinião previamente à emissão deste primeiro comentário?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Que eu saiba não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas já tinha estado em reuniões antes de emitir este comentário? Ou seja, já tinha discutido o futuro decreto?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que tipo de funções desempenhava Carlos Barradas, da Boston Consulting Group, junto do conselho de administração da REN e em que período isso ocorreu?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Que eu saiba nenhuma.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nunca colaborou com ele enquanto Presidente da REN?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Nunca.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Os primeiros comentários da REN referem também que os CMEC vão terminar com ganhos comerciais que a REN tinha e pedem, mais à frente, 280 milhões de euros de compensação. Tenho a citação dessa passagem do comentário da REN.

Pode explicar melhor qual era este problema da perda dos ganhos comerciais da REN com a nova lei e esta reivindicação de uma compensação na ordem dos 280 milhões?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não posso explicar, por uma razão simples: não participei em nenhuma dessas reuniões, de debate interno, sobre os CMEC. Não participei, porque tínhamos uma pessoa que estava encarregada de fazer esse diálogo, que se chamava Vítor Baptista.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E o senhor não era consultado sobre isso? É que há documentos que, inclusivamente, referem a sua luz verde sobre determinadas opções.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Luz verde é luz verde. Se dei luz verde é porque tinha de dar luz verde, fosse em reuniões coletivas, de conselho de administração, fosse em reuniões particulares, individuais. Isso pode acontecer com qualquer membro de um conselho de administração.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quais foram as circunstâncias da negociação dos acordos entre a REN e a EDP para a cessação dos CAE e a introdução dos CMEC? Houve alguma orientação política? De quem foi? Qual era a margem do conselho de administração da REN para ter imposto outros termos nos acordos de cessação dos CAE?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Margem nula. É que quando se trata de questões de Estado... É de uma questão de Estado que estamos a tratar, porque, apesar de tudo, a empresa que o senhor está a referir como empresa privada, na altura, a EDP era uma empresa pública e, portanto, tinha um estatuto de diálogo com o Governo que passava, certamente, por algumas considerações de apoio à sua gestão.

A REN, nesse particular, apenas foi parceira de entidades que tinham dificuldades e tinham de as resolver. Isso significa que, quando uma dificuldade tem de ser resolvida, tem de encontrar os meios para a resolver.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não sei se compreendi bem o sentido da sua resposta.

Portanto, houve uma orientação do Governo, a qual o conselho de administração da REN era impotente para contrariar, sob que forma fosse, e que impôs os termos dos acordos de cessação dos CMEC. É assim?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pode estar a rodar à volta deste assunto todo o tempo... Não posso dizer mais sobre CAE ou CMEC do que aquilo em que participei diretamente. Era isso que queria que o Sr. Deputado percebesse.

Não me pode forçar a dizer coisas que não tenho de dizer. Não me pode forçar!

Esse aspeto é muito significativo, para si como Deputado e para mim que tenho de lhe responder. Sei que tenho de responder, mas tenho de responder quando eu souber, quando eu tiver responsabilidades próprias nas matérias que estão em discussão. Fora disso, não.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Engenheiro, permita-me que esclareça que estamos perante não uma comissão de qualquer competência mas uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa o apuramento da verdade.

Perante o artigo 8.º do nosso Regulamento, que decorre praticamente de uma transcrição da lei, vou citar aquilo que o Sr. Engenheiro está obrigado a prestar e a esclarecer a esta Comissão. Apesar de não ser obrigado a nada, tem uma obrigação legal perante as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Passo a ler o artigo 8.º do Regulamento – Prestação de depoimento.

«1 – As pessoas convocadas para depor podem fazer-se acompanhar de advogado.

2 – A prestação do depoimento inicial é facultativa» – e Sr. Engenheiro aceitou-a ao vir aqui.

Continuando: «3 – A inquirição inicia-se e é feita, para cada depoente, de modo rotativo (...)» – portanto, é o que está a acontecer.

«4 – O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos (...)» – também estamos a cumpri-la.

«5 – A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código do Processo Penal sobre prova testemunhal, designadamente, artigos 128.º e seguintes» – que também estamos a cumprir.

Portanto, o Sr. Engenheiro tem de prestar as declarações e a informação que achar por conveniente, clara mas esclarecedora. E é esse sentido que lhe peço, ou seja, que, perante a lei e os poderes desta Comissão — não o estou a forçar a nada, porque ninguém aqui força ninguém a nada —, preste os esclarecimentos dentro do enquadramento do Código do Processo Penal, para que possa esclarecer a Comissão, nas questões que os Srs. Deputados estão a colocar.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.^a Presidente, dá-me licença que use da palavra?

A Sr.^a **Presidente**: — Queira ter a gentileza, Sr. Deputado Fernando Anastácio.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.^a Presidente, sem prejuízo de não ter sido mais do que a leitura do que regula as comissões de inquérito, a interpretação que faço é a de que, até ao momento, os termos em que as respostas, nesta Comissão de Inquérito, estão a decorrer da parte do Sr. Engenheiro não são substancialmente diferentes de outro tipo de respostas que tivemos aqui.

É com alguma reserva que vejo a leitura desse preceito, que, à partida, é do conhecimento de todos. Não queria, de alguma maneira, que isso se tornasse prática ou, pelo menos, se pudesse ler como havendo alguma diferenciação de tratamento relativamente a depoentes.

Queria deixar aqui esta nota porque, no meu entendimento pessoal, não encontrei ainda matéria que justifique, até aqui, nas respostas ou nas ausências de respostas, a alusão aos preceitos em causa que a Sr.^a Presidente acabou de referir.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Limitei-me a citar, a esclarecer e a informar. Não querendo prejudicar a audição, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Parece-me a intervenção da Sr.^a Presidente muito adequada às circunstâncias, uma vez que estamos a falar dos acordos de cessação dos CAE, documento que tem a assinatura do Sr. Eng.^o José Penedos, pelo que não pode referir-se a eles como sendo coisa em que não tocou; pelo menos, a sua caneta tocou...!

Mantenho a pergunta: em que circunstância é que aqueles acordos foram assinados? Foram assinados sob crítica que, em privado, a administração da REN tenha dirigido ao Governo, e, portanto, sob condicionalismo da estratégia energética do Governo, ou foram assinados por ser considerado adequado o seu conteúdo?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Agradeço o que acabou de acontecer aqui, Sr.ª Presidente.

Recordo que fui presidente de uma comissão de inquérito noutros tempos — enquanto Deputado na altura —, que tratava os assuntos da Galp, e foi uma comissão de inquérito bastante complicada.

Pela parte que me toca, as minhas respostas ao Sr. Deputado Jorge Costa são de carácter técnico, mesmo que ache que não.

Se me diz que há uma assinatura minha num CAE... Pois, o Presidente de uma empresa como a REN assina muita coisa e não pode ser irresponsável ao assinar. Essa é a questão essencial: não pode ser irresponsável ao assinar.

Mas, ao assinar, pode ter dúvidas sobre o que está a assinar. Ninguém...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O que perguntei é se as tinha!

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Ninguém impede que tenha dúvidas...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E perguntei-lhe exatamente se as tinha!

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pois, e o que lhe quero dizer é que todas as dúvidas que tive, nesse tempo, se as tive — agora não tenho memória, sequer, de as ter tido. Isto porque estou numa situação particular, na medida em que quando abandonei a REN, abandonei-a, na minha opinião, para

sempre. Portanto, saí e não contava ter de vir responder a uma Comissão de Inquérito sobre estas matérias. Não contava!

A única coisa que lhe posso dizer é que, para mim, o critério de culpa ou de partilha de culpa, ou qualquer coisa desse estilo, não existe. Assinei os papéis que tive de assinar, quando tive de os assinar, sem nenhuma reserva certamente, porque, senão, não os teria assinado. É a única coisa que lhe posso dizer. Não os teria assinado!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pode descrever o processo de preparação e de avaliação da extensão do domínio hídrico feito conjuntamente pela REN e pela EDP?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Se posso descrever? A que propósito?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pergunto-lhe se pode descrever as reuniões: em que período decorreram, com que nível de consenso, com que momentos de divergência? Como é que foi? Como é que recorda?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não participei em reuniões dessa natureza. Peço desculpa, já lhe disse que não participei em reuniões dessa natureza, que envolvessem responsabilidades do presidente do conselho de administração com membros do governo ou coisa que o valha. Não participei!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No depoimento da Dr.ª Lurdes Baía, dado em maio de 2015, num processo judicial, ela refere que entregou, em janeiro de 2007, o estudo da REN ao Dr. Rui Cartaxo que então era assessor do Ministro Manuel Pinho.

Quem conhecia esse estudo, dentro da REN, era a Dr.^a Lurdes Baía, o Eng.^o Vítor Baptista e o Eng.^o José Penedos, segundo o referido depoimento.

O Dr. Rui Cartaxo ter-lhe-á dito, segundo o depoimento, ao receber o *CD* que tinha as contas, que não concordava com a opinião da REN sobre a taxa de atualização do valor residual.

Tem ideia de como é que o Dr. Rui Cartaxo, no gabinete do Ministro Manuel Pinho, teve conhecimento prévio acerca das conclusões da REN quanto à taxa de atualização do valor residual?

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Não faço a mínima ideia. Como pode imaginar, o Dr. Rui Cartaxo era assessor do Ministro da Economia e depois veio para o conselho de administração da REN. Que relações é que ele tinha de entrada no conselho de administração da REN? Não posso adivinhá-las.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não percebi. A entrada do Dr. Rui Cartaxo na...

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — O Dr. Rui Cartaxo foi, depois de membro do gabinete do Manuel Pinho, promovido ao conselho de administração da REN.

Digo que não sei que tipo de entrada é que poderia ter, antes de ser membro do conselho de administração da REN, para ter algum diálogo interno com alguém da REN. Não faço a mínima ideia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No entanto, o que resulta da documentação que chegou à Comissão de Inquérito é que, perante os números do estudo que a REN apresentou, o Diretor-Geral da Energia de então, o Eng.^o Miguel Barreto, pediu à REN que elaborasse novas contas a

partir de uma taxa de atualização do valor residual de 4,7%, diferente daquela que a REN tinha apresentado.

Esse pedido foi atendido por parte da REN?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não faço ideia. Não faço ideia, porque já não tenho memória disso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Por que é que não foi entregue ao Governo o estudo que o Eng.º Vítor Baptista — membro do conselho de administração da REN no seu tempo —, realizou com a chancela da REN? Foi entregue sob a forma de um rascunho, assinado individualmente pelo Eng.º Vítor Baptista.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não sei se essa prática pode ser considerada menos formal, porque o Eng.º Vítor Baptista tinha acesso, com grande autonomia, aos membros do Governo que tutelavam a área da energia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, em face da divergência que se expressou, tanto pela parte da EDP como do Governo, quanto aos valores das taxas de atualização e que tinham impactos económicos gigantescos na avaliação do domínio hídrico, por que é que a REN não tomou uma posição formal que, de algum modo, a salvaguardasse no processo?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O que é que chama salvaguardar?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que responsabilizasse o conjunto do conselho de administração pela proposta enviada.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O conselho de administração estava responsável por aquilo que era enviado formalmente ao conselho de administração.

Tudo o que sai do conselho de administração de uma empresa, desde que seja aprovado em conselho, é objeto de aprovação formal e, nesse sentido, a única coisa que lhe posso dizer é que havia responsabilidade, do lado do conselho de administração, em relação ao que estava escrito.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, o envio ao Secretário de Estado Castro Guerra daqueles números passou pela sua mão, foi feito com o seu conhecimento e autorização?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não tenho memória nenhuma disso. Não sei se passou pela minha mão. Mas o que lhe posso dizer é que o Eng.º Vítor Baptista tinha acesso direto ao gabinete do Sr. Dr. Castro Guerra.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em dezembro de 2006, a EDP entrega, com conhecimento à REN e ao Governo, os seus cálculos sobre a avaliação do domínio hídrico. Esses cálculos são essencialmente coincidentes com os da REN, mas 15 dias depois, subitamente e sem que nada o indicasse, a EDP muda as suas contas e altera a taxa de atualização do valor residual, o que implica uma diferença no valor da avaliação na ordem das centenas de milhões de euros.

Teve conhecimento dessa alteração de posição da EDP?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não me lembro.

A Sr.ª **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, queria cumprimentar todos os presentes, em especial o Sr. Eng.^o José Penedos.

Queria dizer que, tendo em conta as respostas que nos foi dando, sou obrigado, um bocado em cima do joelho, a reformular as minhas questões, uma vez que, do ponto de vista técnico, o Sr. Engenheiro parece ter já alguma dificuldade em se lembrar, para não dizer mesmo que tem uma amnésia, muito típica agora — aliás, parece ser uma doença que se alastra.

Mas queria, pelo menos, aproveitar esta nossa audição, apelando ao facto de ter sido governante, presidente da REN, cargos a que chegou, porventura, porque é um profundo conhecedor do sistema elétrico nacional e da política elétrica do País.

Portanto, as minhas perguntas não vão tanto no sentido de encontrar objetivamente um culpado ou dois — e poderemos chegar lá —, mas mais na lógica de perceber qual foi o racional das políticas, o que é que esteve subjacente às decisões.

Considero que quer os CAE, quer os CMEC — embora haja quem considere os CMEC ilegais ou, até, nulos —, olhando à data das decisões, eram instrumentos que faziam sentido. Pelo menos, consigo perceber-lhes a lógica.

O que é preciso percebermos, e gostava que nos ajudasse, é se podíamos ter feito melhor, se o interesse público podia ter sido mais bem defendido, ou se não havia, sequer, hipóteses, de o fazer.

O Sr. Engenheiro não respondeu à questão sobre a necessidade da existência de CAE. Pessoalmente, acho que fazia sentido a existência de CAE mesmo sendo a EDP, como diz, e bem, uma empresa pública e que ia ser confrontada com alterações supervenientes do mercado, pelo que era preciso protegê-la.

Ficou, em algumas intervenções feitas nesta Comissão, a ideia de que isso não tinha um racional económico, mas tinha subjacente um racional de preparar a empresa para uma possível privatização.

A minha pergunta é se, alguma vez, foi discutida essa teoria de que tinham de proteger a EDP para a privatização, ou se, na existência dos CAE, esteve apenas, e só, não isso mas um racional económico. Se houve um racional económico, qual era?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sr. Deputado, não faço a mínima ideia de qual foi o racional que esteve presente, porque a preparação da EDP para a privatização não era da minha responsabilidade.

Não participei, nunca, em nenhuma reunião sobre a privatização da EDP. Nunca! Portanto estou completamente à vontade a responder dizendo-lhe o seguinte: como falou na responsabilidade técnica que tive, a nível da energia, quero-lhe dizer que fui presidente da UCTE (Union for the Coordination of the Transmission of Electricity), da ENTSO (European Network of Transmission System Operators) e isso em eleições internacionais. A ENTSO é a European TSO e a UCTE era a sua antecessora e fui sempre eleito para essas funções.

Só para lhe dizer que não estou a fugir a nenhuma pergunta, repito, a nenhuma pergunta sobre a forma como devo responder. Não estou! Estou a encarar a minha responsabilidade nesta mesa, como convidado pela Sr.ª Presidente a estar aqui, com uma absoluta lealdade; lealdade ao processo e lealdade às funções que desempenhei.

É este o sentido que gostava de sublinhar.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Agradeço e concordo, queria era somar à lealdade o facto de ter sido governante e responsável eleito para organismos internacionais para poder contribuir para o esclarecimento.

Ficamos todos a ganhar se chegarmos ao fim e percebermos que, afinal, não há rendas excessivas. Isto porque estamos a tentar descobrir se as há, ou se há só rendas que são perfeitamente legítimas.

Por isso é que lhe pergunto, sobre a passagem dos CAE para os CMEC, que foi uma passagem de risco, em que a própria União Europeia — e com as conversas que já tivemos aqui a oportunidade de confirmar — alertou para se ter cuidado e para se fazer uma monitorização permanente, se encontra alguma explicação sobre por que é que, por exemplo, se passou dos CAE para os CMEC, quando há, pelo menos, dois CAE que permanecem: Tejo Energia e Turbogás.

Consegue ajudar-nos a perceber qual foi o racional de uns e de outros?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — A Tejo Energia e a Turbogás tinham um quadro absolutamente separado da EDP. Eram empresas privadas, consórcios privados, que decidiram entrar no setor da energia como produtores. Isso, certamente, motivou a disponibilidade da EDP para fazer um contrato de aquisição de energia diferente ou, pelo menos, com algumas características diferentes.

Sobre os CMEC, quero dizer-lhe o seguinte: a ideia que tenho é que a União Europeia ou, melhor dizendo, a Comissão Europeia validou os CMEC. Validou! Acho que a Comissão que aqui está reunida pode andar à procura de outras realidades, mas a verdade é que os CMEC foram validados pela Comissão Europeia.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso sabemos e sabemos, inclusivamente, que há quem tenha dúvidas, e legítimas. Se olharmos para o artigo relativo ao funcionamento do Tratado da União Europeia, do ponto de vista da concorrência, há algumas dúvidas.

Mas não quero ir por aí; quero ir por aquilo que alguns especialistas e governantes já nos disseram aqui.

Os CMEC, especialmente os da EDP, tiveram na base o Decreto-Lei n.º 240/2004.

Ora, há muita gente, nos reguladores, como o Presidente da Entidade Reguladora, Jorge Vasconcelos, que considera que esse foi um modelo feito com muita opacidade — é opinião dele, não sei se concorda ou não com isso; ou o regulador Vítor Santos e a atual reguladora que vieram dizer que esse decreto-lei foi um instrumento legislativo para afastar o regulador do controlo dos CMEC. Se assim foi, tenho de perguntar por que é que se quis afastar o regulador.

Houve também quem dissesse aqui, nomeadamente quadros da REN, que não, que o regulador teve, em todo o tempo, a capacidade de fiscalizar, monitorizar, mas não o fez.

Este Parlamento e o regulador só receberam agora, 10 anos depois, o tal parecer que critica os CMEC. Durante a vigência dos CMEC parece que ninguém viu, ninguém disse nada, ninguém leu...! Isto ao ponto de, por exemplo — deve conhecer, como pessoa atenta —, o Ministério Público acusar o então regulador, a Autoridade da Concorrência, de, durante 10 anos, também não se ter posicionado, não se ter debruçado sobre o assunto, não ter feito nenhuma análise.

Mas a este propósito, já ouvimos aqui o regulador da Autoridade da Concorrência, Manuel Sebastião, dizer: «ninguém pediu nada, ninguém me disse nada, e achei que estava tudo bem!».

Quero perguntar-lhe, na sua opinião, e porque esteve, pelo menos, na génese, ou no racional disto, qual é a avaliação que faz do papel do regulador — e acredito na economia de mercado, mas sem reguladores a cumprirem a sua função estamos perdidos, e já houve quem os acusasse, aqui, de alguma

inércia, para ser simpático... —, do Decreto-Lei n.º 240/2004 e da sua fiscalização por parte da ERSE e da Autoridade da Concorrência.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Posso dizer-lhe, a título de lembrança, que quem escolheu o primeiro regulador para a ERSE fui eu.

O Eng.º Jorge Vasconcelos foi escolhido por mim e nunca me arrependi de o ter escolhido. Fica o Sr. Deputado a saber: nunca me arrependi de o ter escolhido! Sabe porquê? Porque manteve, permanentemente, uma atitude de grande independência em relação ao Estado, em relação à EDP e em relação à REN, em relação a todas as entidades envolvidas neste processo.

Portanto, só posso dizer que o Eng.º Jorge Vasconcelos merece toda a minha consideração, seja no tempo em que foi regulador, seja postumamente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sobre os outros, que ainda não são «postumamente», sobre a Autoridade da Concorrência, não tem nenhuma opinião?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sr. Deputado, não posso ter. Eu não sei quais são os caminhos em que anda a Autoridade da Concorrência nem sei, atualmente, qual é o trabalho da ERSE. Não sei, não faço a mínima ideia! Talvez o Sr. Deputado esteja a desconsiderar o facto de eu estar afastado da REN há 9 anos. Há 9 anos!

Portanto, quando digo ao Sr. Deputado Jorge Costa que não tenho memória disto, ou daquilo, ou daqueloutro e o Sr. Deputado Jorge Costa olha para mim com um ar de dúvida, quero assumir aqui, perante vós, que se digo que não tenho memória é porque não tenho. Não tenho memória disso!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, agradeço e percebo isso. Tenho por si, e pelo seu conhecimento do setor, grande consideração, por isso vou tentando encontrar alguma área em que tenha memória e, nessa minha busca e nessa minha tentativa, passo para o domínio hídrico.

Para um leigo — julgo que para o Sr. Engenheiro também —, olhando apenas para os números é difícil perceber a extensão do domínio hídrico feita pelo então Ministro Manuel Pinho, já classificada pelo regulador Vítor Santos de estranha e até de ilegal. É difícil perceber como é que um ministro, que tem a obrigação, e julgo que V. Ex.^a concorda comigo, da defesa do interesse público — não estou aqui a fazer nenhuma acusação, porque costumo dizer que o Estado tem sempre menos instrumentos que os privados e, por isso, precisa, às vezes, de ser mais cuidadoso — faz uma extensão das barragens, quando tinha uma avaliação de valores da REN e da EDP que melhor defendiam o interesse público e acaba por fazer uma concessão sem concurso público por valores mais baixos.

Olhando para os números, diz-se: bom, houve, pelo menos, uma deficiente defesa do interesse público.

Quero acreditar que o Sr. Engenheiro também conhece os números e também conhece o assunto — nem que seja da leitura da imprensa! — e a minha pergunta é: ou no lugar de governante, onde já estive, ou no lugar da REN, qual é o racional que encontrou para isso? Ou havia outros ganhos que não estavam nos meros números? É para ver se nós percebemos qual foi o racional e se tem alguma opinião sobre a matéria.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — A minha opinião sobre essa matéria é estrita.

Vi, na altura, o despacho do Sr. Ministro da Economia sobre essa matéria e fiquei surpreendido. Mas a minha surpresa não deu para protestar,

porque tenho um critério de comportamento que não dá para fazer — como é que se diz? — sapateado. Não deu para protestar!

Fiquei convencido de que a extensão do domínio hídrico, da maneira que foi feita, era contra o interesse nacional. Disso tenho a certeza.

Mas é esta a única coisa que posso dizer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E agradeço-lhe, porque já é qualquer coisa. Parece-me uma verdade de *La Palisse*: ter uma avaliação de 1500, 2000 milhões e assinar por 150 milhões, e estender por 27 anos sem concurso público, Sr. Engenheiro, de facto não é muito difícil — a não ser que haja uma explicação, daí a minha pergunta — considerar que isso é um ato que lesa o interesse público.

Queria avançar para um outro tema. Dizem-nos que o problema até está na produção em regime especial e nas renováveis. Eu sou dos que consideram que as renováveis são uma coisa boa. Depois podemos divergir na dose e há quem diga que o sistema se desequilibrou quando passámos para os 1800 MWh de licenciamento.

A verdade é que se juntarmos as renováveis e mantivermos na mesma os CMEC nas centrais, estamos a transferir para o consumidor, que é quem paga as renováveis, um custo acrescido e estamos a proteger as centrais.

Houve vários especialistas, como, por exemplo, o Eng.º Carlos Pimenta, que afirmaram que isto tem várias vantagens, nomeadamente de coesão territorial e de inovação, e, sendo eu um homem do interior vejo como boa a existência de muitos parques eólicos.

Queria perguntar-lhe: também considera que houve todo o cuidado na legislação na passagem das renováveis, mantendo, na mesma altura, os CMEC para o *backup* da EDP?

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para responder a esta última questão do Sr. Deputado do CDS-PP, Hélder Amaral, o Sr. Eng.º José Penedos.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — É só para confirmar que nesse tempo, em que aconteceram as alterações que introduziram renováveis, nomeadamente a eólica, no País, eu, como cidadão, sempre defendi a promoção do solar – isto como cidadão –, porque achava que o País tinha uma insolação média anual que favoreceria a implantação de painéis solares. E não perdi essa mania. Não perdi essa mania e acho que o País vai chegar ao ponto em que vai promover o solar contra o eólico. Contra o eólico! E sabe porquê? É que o eólico ou tem promotores que o aceitam, sem subsídio, ou cairá por falta de manutenção. Esta é a minha previsão, que não vai durar muito, não vai durar muito.

Para o solar, tenho a ideia de que nós temos um atraso significativo na implantação de energia solar no País, nomeadamente no Alentejo e na zona de Idanha-a-Nova, ou, para simplificar as coisas, de Idanha até ao Alentejo, que são zonas absolutamente excelentes para se instalar energia solar. Mas quando é que lá vamos chegar? Estamos cá para ver!

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Eng.º José Penedos, queria começar por pedir-lhe que pudesse sintetizar, digamos assim, o seu percurso, porque o senhor é uma daquelas pessoas que teve um percurso, quer do ponto de vista profissional, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista da gestão, muito envolvido no setor energético, no setor elétrico.

Pedia-lhe, então, que nos referisse, nomeadamente da parte do seu percurso profissional no âmbito deste setor, e, em particular, no universo empresarial EDP, antes da sua passagem pelo Governo, como Secretário de Estado da Energia, quais foram as áreas e as matérias que, profissionalmente, desenvolveu nessa fase inicial.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Tenho todo o gosto. É olhar para trás, o que é sempre mais fácil do que prever o que está para a frente.

Fui engenheiro da EDP desde os primórdios da constituição da EDP, em 1976 – aliás, tive o mérito de participar numa coisa que se chama o decreto-lei da fundação da EDP. Veja bem onde é que eu andava já metido nessa altura!

Depois, vim para Lisboa, onde fui responsável pelo setor comercial, era diretor comercial da EDP e, de diretor comercial da EDP, saí para o Governo, onde fui estive na área da energia, por convite do Eng.º Guterres. Foi o Eng.º Guterres que me convidou para assumir a pasta da energia, dizendo-me que a energia estava um bocado «escavacada» — era assim que ele falava — e que precisava de alguém que orientasse aquela casa.

Portanto, fui para a energia, estive apenas seis meses a trabalhar com o Daniel Bessa, depois o Daniel Bessa foi-se embora e foi substituído por outra pessoa — os senhores sabem quem foi a seguir, era um senhor que era professor de económicas, Augusto Mateus —, e foi com o Augusto Mateus que passei a trabalhar, que tinha uma grande dificuldade pessoal, que era assumir, a contragosto, que eu fosse Secretário de Estado da Indústria, porque ele tinha sido Secretário de Estado da Indústria.

Portanto, eu era o Secretário de Estado da Indústria e Energia, mas ele tinha uma certa tendência para cobrir a área da indústria por ele próprio. São feitos, se quiser... Somos todos assim, uns mais do que outros.

Pela parte que me toca, saí da energia para a indústria e a seguir fui para a defesa nacional. Na altura, houve uma crise na defesa, com a saída do Prof. Veiga Simão, e o Jaime Gama, promovido a Ministro da Defesa, chamou-me, para me convidar para Secretário de Estado da Defesa, ao que eu disse: «eh pá, já chega! Já me chega de ser Secretário de Estado». Mas acabei por ter de ir, porque o Guterres me impôs que fosse. Foi assim! E, portanto, fui para a defesa mais 2 anos e estive lá até 1999.

Depois saí da defesa e fui para a REN. Havia uma boa razão para eu ir para REN: é que eu tinha um grande conhecimento do setor e tinha uma participação muito importante na área comercial da EDP para perceber quais eram os fenómenos de concorrência que estavam para aparecer no mercado. E isso correu bem, durante os primeiros 9 anos; correu muito bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Engenheiro, relativamente à época em que estava na EDP como diretor comercial, e só para confirmar uma coisa, para não haver dúvidas, questiono relativamente ao conhecido decreto-lei de 1995, do Ministro Mira Amaral, que já aqui mencionou, e que mais tarde viria a ser considerado como antepassado dos primeiros CAE, através do sistema de vinculação na produção, etc.

O senhor, do lado da EDP, nunca esteve atento a essa matéria? Nunca acompanhou essas áreas, pois não?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não eram objeto da minha atividade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, estas questões só lhe aparecem à frente, digamos, como Secretário de Estado da Energia, de 1995 até 1997, não é?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem.

Essas matérias só aparecem nessa altura mas, de um modo geral — recuperando, então, essa referência como membro do Governo —, quais eram as matérias e as questões que acompanhava como Secretário de Estado da Energia e quais eram as questões que, sendo da energia, não passavam por si?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — As matérias da energia, supostamente, passavam todas por mim — supostamente! Agora, há um elemento, chamado «decisão», que pertence ao Ministro da Economia, e essa parte não era minha, era do Ministro da Economia, naturalmente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, o senhor não decidia, mas apoiava o processo de decisão, que cabia ao ministro. É isso?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Acho que pode simplificar dizendo isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

Em relação aos oito contratos de aquisição de energia — não os dois da Tapada do Outeiro e do Pego, mas os da EDP, digamos assim —, pode especificar qual foi o seu contributo, como Secretário de Estado da Energia, no âmbito desse processo de decisão que apoiou, com vista à decisão do ministro, se faz favor?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Era preciso que eu tivesse memória elástica e, de facto, não tenho.

Mas uma coisa lhe digo: tenho ideia de que houve necessidade de recompor dois CAE, o da Tejo Energia e o do Pego, e isso significa que

algum trabalho terá sido feito também na REN — algum trabalho terá sido feito na REN — para apoiar o Secretário de Estado da Energia da altura.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que era o senhor...

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Que era eu!

Portanto, admito que pudesse ter havido, entre uma coisa e outra, alguma trajetória de colaboração para que apresentássemos ao Ministro da Economia um trabalho que estivesse em condições de ser aprovado, em Conselho de Ministros, ou onde fosse.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado. As pessoas que compunham esse trabalho de equipa para depois ser apresentado ao ministro eram...

Para não estar a complicar, pergunto-lhe: o senhor lembra-se do quê? Para não estar a fazer perguntas e o senhor depois dizer que não se lembra... Qual é a memória que o senhor tem desse processo? Alguma coisa?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pouca!... Pouca memória!... Como sabe, passaram 17 anos. Passaram 17 anos! Não é fácil ter memória ao fim deste tempo todo, sobretudo porque o trabalho de colaboração entre um Secretário de Estado e um Ministro da Economia é um trabalho diário e, portanto, você faz papéis, você aguarda despachos... Há muita coisa que é feita nessa base e garanto-lhe que não tenho memória disso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Bom, o Sr. Engenheiro tem uma memória que, chegando à etapa em que foi Secretário de Estado da Energia e à fase em que nasceram, digamos assim, estes oito contratos de aquisição de energia, pronto, não permite mais referências.

Mais tarde, como presidente da administração da REN, houve a situação — que já aqui referiu e que tem sido motivo de perplexidade para toda a gente — daquele processo relativamente à avaliação do valor a pagar pela extensão do domínio público hídrico em relação às barragens da EDP e do papel que a REN teve nesse processo, isto é, a avaliação que a REN apresentou em articulação com a EDP.

O Sr. Engenheiro, a propósito do despacho do Ministro da Economia, que fixou um valor muito abaixo daquele que estava, digamos, proposto e apresentado pela REN — era menos de metade —, disse que viu o despacho e ficou surpreendido.

Queria pedir-lhe que pudesse comentar um pouco mais a ideia que tinha e a surpresa que teve em função daquela situação.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — A minha surpresa foi pelo tamanho da diferença. O tamanho da diferença era absolutamente espantoso para mim, na altura, porque eu não tinha a ideia de que pudéssemos fazer alguma coisa, a nível do Estado, que desvalorizasse daquela maneira o ativo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E essa sua convicção baseava-se em quê? Isto é, o senhor acompanhava e conhecia, digamos, o trabalho e a fundamentação que levaram à conclusão que a REN apresentou, depois, ao Governo.

Portanto, a minha questão é: em que medida é que o senhor foi um mero espectador neste processo?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Espectador interessado, apesar de tudo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sempre era o presidente da administração, não é?...

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Com certeza! Portanto, era um espectador que não podia deixar de estar atento ao que se passava envolvendo um ativo da REN.

As pessoas pensam que o domínio hídrico é só uma questão da EDP. Não! Na altura, era um domínio partilhado entre a REN e a EDP e, portanto, tinha de ter alguma intervenção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em relação a essa intervenção, pode, por favor, especificar em que medida é que acompanhava o processo?

Isto é, para ser até muito claro: se bem me lembro, esse despacho surge algum tempo depois de o trabalho ser concluído ao nível da avaliação no âmbito da REN — julgo que não estou enganado. Ou seja, isto não foi propriamente assim: num dia, a REN e a EDP apresentam uma conclusão técnica e, no dia seguinte, da parte da tarde, ou assim, há um despacho.

A minha pergunta é: havia uma coisa desta dimensão, desta gravidade, com este impacto para a empresa de que o senhor era presidente, o senhor andou praticamente seis meses sem saber de nada, e, depois, num belo dia, leu um despacho?! Ajude-nos a compreender como é que este processo se desenrolou e como é que os contactos foram feitos — mesmo que não tenham sido consigo, pelo menos os que foram feitos com o seu conhecimento.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Os contactos são diários — não esqueçamos isto, os contactos são diários —, a evolução das contas é que não é diária, porque, se há quem meta uma taxa de atualização diferente, isso faz variar as conclusões.

Portanto, houve várias taxas que foram dadas como hipótese para fazer sair o produto final e isso foi discutido entre a REN e a EDP, certamente,

mas também entre a REN, na altura, e o Ministério da Economia. Mas eu não partilhava nenhuma das obrigações de estar presente em reuniões e não participei em nenhuma reunião, até para proteção minha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, proteção de quê?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Proteção pessoal, porque não tinha de estar vinculado a nenhuma das conclusões em concreto. Não tinha de estar vinculado!

Por isso mesmo, queria ter liberdade para optar no dia em que houvesse uma solução em conselho de administração da REN, e foi disso que estivemos à espera.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas a solução que foi apresentada pela REN, em conjunto com a EDP, ao Governo ainda não era a solução assumida pelo conselho de administração da REN?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não era, por uma razão simples: é que também não era assumida pela EDP. A EDP entregou ao Ministro da Economia um papel que não era o final.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ó Sr. Engenheiro, diga-me só uma coisa: era comum — ainda por cima em coisas deste tipo, que não são «feijões»! — circularem documentos em nome da REN sem que o conselho de administração desse o seu aval?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não! Não, isso não era, a título nenhum, comum. Posso-lhe garantir que não...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só em coisas deste tipo, assim mais pesadas?...

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pois...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há mais casos em que isso tenha acontecido assim?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Que eu saiba, não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, o único caso em que houve um documento da REN com uma proposta técnica de avaliação económico-financeira que não passou pelo conselho de administração — por opção do próprio conselho de administração, para se defender — foi este?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não, não é verdade, isso!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, peço desculpa,...

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não é verdade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... talvez eu tenha percebido mal.

Há um documento conjunto, da REN e da EDP, que era do seu conhecimento mas que não passou pelo conselho de administração e, como tal, não o vinculava, que é levado ao Governo, mas no qual o conselho de administração não tem posição — e as palavras foram suas, há pouco —, até para se defender.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Mas era um documento de trabalho! Era um documento de trabalho!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era um documento de trabalho.

Então, nunca chegou a haver nenhuma posição do conselho de administração sobre este assunto?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não! Era um documento de trabalho e a decisão final surgiu quando o Governo decidiu! Quando o Governo decidiu!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quando o Governo decidiu, passados seis meses, o senhor tomou conhecimento do despacho e, até chegar a esse ponto... Isto é, tomou conhecimento, na altura, de que o Ministro Manuel Pinho tinha mandado fazer outra avaliação — à Credit Suisse, por exemplo — e... E nada!

A minha pergunta é: houve alguma interação da REN com o Governo, algum alerta relativamente ao que se estava a passar?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não, que eu saiba, não!

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente**: — Concluimos, assim, a inquirição por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra a Sr.ª Deputada Fátima Ramos.

Sr.^a Deputada, queira ter a gentileza.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr.^a Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr. Eng.^o José Penedos, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, apresento os nossos cumprimentos e agradeço a sua presença aqui, hoje.

Como o Sr. Engenheiro certamente sabe, esta Comissão tem-se debruçado sobre vários assuntos que se prendem com as rendas da energia, com o objetivo de tentar identificar até que ponto é que elas são excessivas, até que ponto é que elas oneram os nossos consumidores e até que ponto é que elas podem ser prejudiciais para o interesse público.

Para tirarmos conclusões, é importante percebermos as várias políticas que foram tomadas, quando é que essas políticas foram adotadas e em que medida é que elas contribuíram, eventualmente, para os problemas que possam existir — portanto, no fundo, para percebermos como é que chegámos a este ponto. Para tal, é necessário recuar ao tempo em que o Sr. Engenheiro foi Secretário de Estado.

Gostaria de frisar que estou com bastante esperança em que as suas respostas nos vão ajudar a esclarecer estas matérias, dado que, tal disse há bocadinho, quando teve o convite do Sr. Eng.^o Guterres, na altura Primeiro-Ministro, para ser Secretário de Estado, ele lhe disse que a energia estava um pouco «escavacada», pelo que necessitava de quem a orientasse. Ou seja, partimos aqui do princípio de que o senhor é altamente conhecedor destas matérias e, por conseguinte, nos pode ajudar a nós, Deputados, provavelmente, com muito menos conhecimento do que o senhor.

Os principais temas que têm sido abordados até este momento estão relacionados com os CAE e os CMEC — como o senhor já percebeu —, com

as energias eólicas, com aquilo que alguns também denominam «monstro elétrico» e com a extensão da concessão do domínio hídrico.

Por isso, Sr. Engenheiro, pergunto-lhe se, na sua opinião, serão efetivamente estes os fatores que poderão estar na origem das rendas excessivas ou se haverá outros fatores, também eles relevantes, que confirmam vantagens impróprias aos produtores de energia.

Gostava de ter a sua opinião, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Pois, a minha opinião sobre essa matéria é um bocadinho fluida, porque não posso ter uma opinião que seja contraditória com o que estive aqui a afirmar ainda há uns minutos.

Temos uma visão da energia que tipifiquei aqui em nome da segurança de abastecimento. Ao tipificar em nome da segurança de abastecimento, procurei relevar aqui o papel da Comissão Europeia, na criação de clima que permitisse estabelecer, a nível europeu, um ambiente cómodo para as transferências – de energia e de gás – entre países e melhorar a caracterização das infraestruturas energéticas em toda a Europa, coisa que, até hoje, como a Sr.ª Deputada deve saber, ainda não está completa. Esse percurso não está completo.

Em termos de facilidade de exposição, da minha parte, sobre o que foi o mundo da energia nestes últimos 20 anos, ou por aí, diria que há uma evolução favorável e positiva, em termos estatísticos, se quiserem, mas há uma questão que ultrapassa todo o conhecimento que temos, que é a falta de rentabilidade, se quisermos, das entidades energéticas como a EDP. A EDP tem um problema de rentabilidade interna.

Portanto, não me admira que ela, de vez em quando, vá à procura de soluções para melhorar a rentabilidade interna. É aí que localizo, por exemplo, o que se passou com as questões do domínio hídrico, é aí que vou

à procura de uma compensação, que só foi decidida porque a EDP tinha dificuldades.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Engenheiro, às questões do domínio hídrico irei com mais algum cuidado.

Falou há pouco dos CAE e existe um largo consenso sobre o facto de as rendas garantidas, de que a EDP é beneficiária, terem sido estabelecidas através dos CAE atribuídos no Governo do Eng.^o António Guterres.

O Eng.^o João Conceição, quando ouvido nesta Comissão de Inquérito, referiu que se tratam de contratos totalmente blindados a possíveis alterações.

O Sr. Engenheiro era o Secretário de Estado da Energia à data da celebração dos CAE da EDP e eu, por um lado, gostava que nos transmitisse se, de facto, acha que eles eram completamente blindados e, por outro lado, que nos informasse sobre qual foi o papel que desempenhou na definição dos CAE.

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Posso dizer: eu não desempenhei nenhum papel no desenho dos CAE. Os CAE eram contratos de aquisição de energia que estavam formatados desde 1995, estavam formatados!

Portanto, nós só tivemos de batizar aquilo que vinha de 1995, do tempo do Eng.^o Mira Amaral. Não houve nenhuma caracterização extraordinária em relação aos CAE.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Engenheiro, de qualquer maneira, sendo Secretário de Estado, tendo sido convidado pelo Eng.^o Guterres, face ao seu grande conhecimento, certamente que se considerasse que algo não estava correto, poderia ter corrigido.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O ambiente de correção que se encontra no conjunto da legislação de 1995 é muito limitado.

Se a senhora for, hoje, ver os elementos que estão nos decretos-leis de 1995 percebe o que estou a dizer. Não há ambiente para correção pontual, há ambiente, ou pode haver ambiente, para algumas alterações globalistas, mas não para alterações pontuais.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Engenheiro, sabemos que ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 182/95 e 183/95 a EDP está obrigada a celebrar contratos de vinculação com o sistema elétrico nacional e que, até à data, os únicos contratos de vinculação que existiam eram os CAE da Turbogás e da Tejo Energia.

Por isso, gostaríamos de saber por que razão celebraram contratos para a EDP, que era 100% pública, tão blindados quanto os dos CAE privados, sobretudo no que se refere ao prazo e às condições de resolução do contrato. Isto é, sendo uma empresa 100% pública, e os outros não, por que é que eles foram blindados exatamente da mesma forma?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — É uma boa questão, minha senhora, mas não lhe sei responder, porque não participei nem na definição nem na blindagem.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Mas o Sr. Engenheiro, como altamente conhecedor — e recordo o que nos disse aqui a propósito do seu convite pelo Eng.º Guterres —, certamente terá uma opinião que nos poderá transmitir.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Olhe, quero dizer-lhe que não vou falar aqui do Eng.º Guterres, como a senhora pode imaginar.

A minha relação pessoal com o Eng.º António Guterres foi absolutamente excelente em todo o tempo, absolutamente excelente! E quero dizer-lhe que, de todas as pessoas com quem convivi, a nível do Governo, guardo do Eng.º António Guterres uma excelente memória.

Portanto, não vou estragá-la, dizendo aqui qualquer coisa contra ele. Mas quero dizer-lhe outra coisa: quando ele quis que eu fosse Secretário de Estado da Energia, não pode a senhora esquecer que eu estava um bocadinho agarrado à EDP, não é verdade? Eu estava um bocadinho agarrado à EDP, porque vinha da EDP. Mas o estar agarrado à EDP não quer dizer que não precisasse apenas de fazer uma coisa, que era libertar-me dessa tutela. E libertei!

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Mas, Sr. Engenheiro, certamente sabe qual foi a metodologia utilizada para determinar a taxa de rentabilidade desses contratos, os tais contratos para a EDP? Sabe a metodologia?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sim.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Isto é, há pouco tinha-lhe perguntado se sabia por que razão se celebraram os contratos para a EDP 100% pública tão blindados quanto os CAE dos privados. O senhor disse que não poderia responder.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Sim?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não minha senhora, nem posso responder por uma razão: não participei em nenhuma destas formações.

A Turbogás e a Tejo Energia foram dois contratos celebrados com duas entidades privadas — não esqueçamos isto —, que fizeram, com a EDP, o contrato que entenderam fazer e eu não tive nenhuma intervenção nisso.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Engenheiro, de acordo com os citados decretos-leis, a concessão do domínio público hídrico, a licença de produção vinculada e o contrato de vinculação ao sistema elétrico de serviço público deveriam ter o mesmo prazo.

No caso da produção hidroelétrica o prazo deveria ser semelhante à vida útil dos equipamentos de construção civil e nunca deveria ser inferior a 50 anos, isto é, devia ser sempre maior ou igual a 50 anos.

Todos os CAE da EDP foram inferiores a 50 anos. Gostaríamos de saber qual foi o critério que presidiu à definição dos prazos dos CAE da EDP. Afinal, os CAE são iguais ou não são iguais?

A Sr.^a **Presidente**: — Deseja responder, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Não, eu já respondi. Já respondi.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Tenho pena que o Sr. Engenheiro não nos dê mais informação sobre isto, dado o seu elevado conhecimento sobre a matéria e, portanto, certamente que os portugueses, e todos nós, ganharíamos se percebêssemos melhor todo esse processo.

Foi referido, na audição do Eng.^o Sampaio Nunes, que os CAE, como os seus sucedâneos, os CMEC, implicaram uma imensa transferência de dinheiro dos consumidores de energia para os acionistas das empresas produtoras, na altura, e, recordamos que a EDP é pública.

Foi afirmado pelo Prof. Abel Mateus, nesta Comissão, que o maior beneficiado com os sobrecustos na produção de energia, relacionados com os CAE e com os CMEC, foi o próprio Estado português.

Finalmente, o Eng.º Jorge Conceição apresentou um conjunto de dados nos quais se vê que o Orçamento do Estado beneficiou, e continua a beneficiar, em várias outras rubricas, transferindo as suas responsabilidades para com o interesse público para os consumidores de energia, que pagam mais. Estamos a falar, portanto, de centenas de milhões de euros anuais, ou seja, no fundo, de acordo com a informação que já aqui nos foi passada, há como que um financiamento do Estado a partir dos próprios consumidores.

Está de acordo, Sr. Engenheiro, com este entendimento de que o Estado tem utilizado a fatura de energia para cobrar, no fundo, impostos de uma forma encapotada, ou seja, utilizar outra forma de cobrar dinheiro?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não estou de acordo, porque não me parece que essa seja a forma de poder caracterizar a ação do Estado.

Não estou de acordo que se diga que o Estado atuou de forma a fazer autoabastecimento à custa dos consumidores. O que me parece é que houve uma evolução que facilitou isso. Houve uma evolução que facilitou isso. Daí até podermos considerar que o Estado se demitiu em relação às consequências, parece-me um bocadinho exagerado.

Mas é verdade que, hoje, a eletricidade em Portugal está cara, é verdade que a eletricidade em Espanha está mais cara do que em Portugal, embora não se perceba — mas está mais cara do que em Portugal — e, portanto, há aqui uma ideia de que vamos evoluir num sentido em que vamos aproximar a eletricidade em Portugal dos custos da eletricidade em Espanha.

Talvez seja essa uma via — e não gostaria de especular sobre isso —, mas parece-me que vamos ter ainda algum tempo para perceber a realidade total.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sim, Sr. Engenheiro, mas é um facto — ou parece que deduzimos esse facto de anteriores audições — que, de alguma maneira, o Estado está a ir buscar algumas receitas aos consumidores para todo este financiamento.

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Não percebo é como é que o Estado vai buscar receita aos consumidores de eletricidade.

Há uma coisa muito simples: a fatura da eletricidade tem lá os custos económicos de interesse geral. Esses custos são suportados por uma entidade chamada EDP, não é pelo Estado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Como assim?!

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Não é pelo Estado!

Os custos de interesse geral são suportados pela EDP. Se os senhores deduzirem esses custos na fatura, provavelmente obtêm um benefício e depois a quem é que o entregam? A quem é que entregam esse benefício? É uma questão.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Isso era matéria, provavelmente, longa.

Todos nós, olhando para a fatura da EDP, percebemos que há vários custos que estão a ser imputados aos consumidores, que eles têm de pagar, e que não resultam propriamente do custo da produção.

Já agora, Sr. Engenheiro, concorda com a afirmação de que sempre que o Estado promove um leilão de rendas garantidas — sejam elas através dos CAE da Tapada do Outeiro e da Tejo Energia, ou da privatização da EDP com CAE, ou até mesmo com os concursos das eólicas —, deixa de fazer

sentido falar em rendas excessivas? Isto é, a partir do momento em que há um leilão acha que faz sentido, ou não, falar nas rendas excessivas?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Era preciso que eu estivesse de acordo com a caracterização que é feita das rendas excessivas.

Já disse, há bocado, que, para mim, prevalece o critério da Comissão Europeia, aí sou muito fiel ao meu sentido europeu. A Comissão Europeia aprovou as rendas que estão a ser pagas em Portugal. Se as aprovou, temos de ter algum sentido prático, e europeu também, de certa forma, em relação a isso.

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Em anteriores audições ficou claro que, em 2004, com a necessidade de aplicar as exposições da Diretiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e com a criação do MIBEL, era conveniente extinguir, pelo menos, os CAE da EDP.

A ERSE, a Comissão Europeia e o Governo português, entenderam que era devida à EDP, já maioritariamente privatizada, uma compensação pela extinção dos CAE.

Naqueles anos, a situação das finanças públicas já não era boa. Penso, inclusivamente, que já estávamos a ser vigiados pelo incumprimento das metas do défice. Aliás, recordamo-nos da saída do Eng.º Guterres do Governo e também da entrada do Primeiro-Ministro Durão Barroso e daquela expressão de o País «estar de tanga». Sabemos, pois, que a situação já não era muito boa.

Pergunto-lhe se, na sua opinião, será correto considerar que os CMEC não são a continuação dos CAE, mas, sim, o mecanismo encontrado pelo Governo, de então, para pagar a indemnização à EDP sem recurso ao Orçamento do Estado.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sr.ª Deputada, gostava muito de poder concordar consigo, mas não concordo, isto porque não me parece que possa ser confundida uma coisa com a outra.

Uma coisa são os CAE e os CMEC, outra coisa são as rendas excessivas que estão aqui em julgamento. Não me parece que possamos confundir tudo e, depois, ver se sai qualquer coisa interessante. Não podemos confundir tudo!

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Sr. Engenheiro, isto não era a minha, nem a nossa, opinião; estamos aqui para saber a sua opinião, para que nos elucide para, a partir daí, podermos tirar as nossas conclusões.

A cessação dos CAE aconteceu nos termos previstos dos referidos contratos? Ou, se preferir: os CMEC observam integralmente as condições de cessação inscritas nos CAE, ou houve alterações aceites de parte a parte? Isto é, os CMEC seguiram exatamente as condições que estavam previstas na cessação dos CAE?

A Sr.ª **Presidente**: — Para responder a esta última questão, tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — É uma resposta muito simples: não tenho nada a certeza de que seja exatamente assim.

A Sr.ª **Presidente**: — Concluída a intervenção por parte do Grupo Parlamentar do PSD, passo a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente ao Sr. Deputado Fernando Anastácio.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Eng.º José Penedos, queria começar por agradecer a sua disponibilidade para estar aqui hoje connosco.

Passo diretamente às questões. Obviamente que conhece o âmbito desta Comissão de Inquérito e sabe o objetivo a que nos propomos, nomeadamente o de avaliar se temos ou não rendas excessivas e, para isso, enquadrámos as nossas questões nas responsabilidades que assumiu enquanto Secretário de Estado da Energia, entre 1995 e 1996, período em que foram criados os denominados CAE da EDP.

Já tivemos aqui diferentes audições e, em particular, a do Eng.º Mira Amaral, em que ele fez questão de frisar que estes CAE da EDP não são da sua autoria, dizendo que há uma clara diferença nestes CAE, do Pego e da Tapada do Outeiro. Segundo ele, aqui haveria uma questão de libertar a EDP para fazer investimentos na produção e que o desenho depois, no que toca aos CAE de 1996, já é diferente, não tem este escopo.

Por outro lado, tivemos também uma afirmação do presidente da Autoridade da Concorrência, Prof. Manuel Sebastião, que nos disse, pura e simplesmente, o seguinte: possivelmente houve uma decisão administrativa entre a tutela e a empresa EDP e foram celebrados 33 contratos e copiaram-se as cláusulas e as condições dos CAE iniciais.

Perante estas duas afirmações que são, de alguma maneira, contraditórias e a sua responsabilidade política nessa altura, pedia que esclarecesse a Comissão sobre se há, de facto, diferenças, nestes CAE, ou se houve, como diz o Prof. Manuel Sebastião, uma cópia das cláusulas dos dois CAE iniciais, ou não. Qual é a sua visão sobre esta questão?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não tenho uma visão particular sobre essa matéria e vou-lhe dizer porquê. Não participei em nenhuma dessas caracterizações terminais sobre os CAE. Nenhuma! Não participei!

Portanto, o Secretário de Estado da Energia não tinha nenhuma intervenção a esse nível. Não tinha nenhuma intervenção! Se pudermos dizer que houve qualquer resquício de contributo do membro do Governo que tutelava a energia para essa função particular de elaborar CAE, ainda poderíamos encontrar aí um nevoeiro... Mas não há nenhum nevoeiro possível, porque não houve nenhuma intervenção minha sobre essa matéria. Nenhuma!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Falou nesta Comissão da sua ligação à EDP, de como foi convidado para funções governativas e de, e até uso uma expressão sua, tentar libertar-se daquela ligação.

Pergunto-lhe se entende, no seu juízo, que estes CAE têm alguma natureza de favorecimento à EDP e se, quando os acionou, estava completamente liberto, digamos assim, isto é, se já tinha cortado as grilhetas da sua ligação anterior à EDP.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Tenho absoluta certeza de que não assinei qualquer dos CAE, seja da Tejo Energia, seja da Turbogás, em nome de interesses passados, de relação com a EDP. Isso garanto-lhe que não.

Mas ainda tenho de descobrir se a assinatura de que o Sr. Deputado aqui ao meu lado falava existe e se é verdadeira. Isto porque não me lembro de ter assinado esses CAE. Não me lembro.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — A Tejo Energia e a Turbogás rejeitaram passar do regime dos CAE para os CMEC, não aceitaram, mas, por outro lado, a EDP aceitou fazer essa alteração.

Qual é a sua explicação, a sua leitura para haver da parte dos primeiros uma posição intransigente e da parte da EDP uma abertura para a alteração?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não faço a mínima ideia de qual era o estado de espírito de quem decidiu essa matéria. Não faço a mínima ideia!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Mas considerava que as condições eram análogas ou não? As situações eram idênticas para os dois operadores, independentemente de um ser privado e outro ser público?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Acho que as condições são diferentes e são-no desde o princípio, mas admito que haja diferenças em relação à caracterização final dos respetivos CAE.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Já disse, há bocadinho, respondendo a perguntas de outros colegas Deputados, que tinha reservas de que houvesse rendas excessivas.

Faço-lhe a seguinte pergunta: na classificação que se pretende aqui fazer de rendas excessivas, independentemente da sua posição de fundo sobre essa matéria, vê alguma diferença entre os CMEC da EDP e os outros CAE? Isto em termos de critérios, de alteração de valores, de participações. A aplicação do conceito de rendas excessivas pode aplicar-se às duas figuras?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Penso que não. Penso que cada um vale por si. Os CAE têm um critério de valorização que depende, primeiro, do ativo imobilizado e, depois, da forma como é caracterizada a indemnização compensatória, no tempo, no horizonte de validade do respetivo CAE. Para as rendas excessivas temos de encontrar um modelo que explique por que é que estamos a chamar «rendas excessivas».

Como lhe disse há bocado, não entendo que haja rendas excessivas no setor.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Relacionado com isto, por exemplo, os nossos vizinhos espanhóis, na altura, tiveram a oportunidade de reduzir as receitas destes contratos, dos chamados CTC, ao contrário do que aconteceu cá.

Qual é a apreciação que faz sobre esta dicotomia de abordagem do tema entre os dois Governos?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Os CTC foram objeto de uma redução drástica. Acabaram! O Governo de Zapatero acabou com isso!

Lembro-me disso e foi uma decisão que, na altura, foi questionada, nomeadamente pelas empresas elétricas. A verdade é que está tudo em paz.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O Sr. Engenheiro foi presidente da REN entre 2001 e 2009.

Pergunto muito diretamente: esteve envolvido em qualquer negociação dos CMEC da EDP com o Governo?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Nunca.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Quem é que, no âmbito da REN, conduzia estas negociações?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Era o Eng.º Vítor Baptista.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Já se falou, repetidamente, da sua experiência e de ser um profundo conhecedor da realidade elétrica nacional e do sistema elétrico. Tenho de lhe pedir a sua opinião, como especialista e

como reputado conhecedor que é desta matéria, sobre os contratos dos CMEC.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Julgo que já disse sobre isso o suficiente.

Os CMEC podem ser considerados uma fonte de enriquecimento para quem esteja a olhar para eles sob essa ótica, ou podem ser olhados como custos de manutenção do equilíbrio contratual, que é o que eles são, e que respeitam, à partida, o contrato que está feito entre quem o fez e quem o satisfaz.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Já me disse as diferentes perspetivas, mas eu pergunto-lhe a sua.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Mas a minha não vai saber!

Risos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — A resposta é sua, está registada. As palavras são suas, a opção é sua.

Considera que faz algum sentido atribuir os contratos dos CMEC às barragens da EDP, quando grande parte deste investimento já estava feito? Faz algum sentido, isto quando o investimento já estava feito e amortizado, inclusive?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O que lhe posso dizer é que as barragens têm encargos de manutenção todos os anos.

Portanto, dizer que o investimento está feito e que já não há mais nada com que nos preocupar...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Feito e amortizado.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Mas não chega e vou dizer-lhe porquê. Se o senhor for visitar uma central, é rara a central em que o senhor entre que não está em obras. Isso significa que há investimento permanente naquelas centrais, por várias razões sendo que uma delas é exatamente a natureza das máquinas que ali estão e que precisam de ser mantidas.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Posso depreender das suas palavras...

Portanto, considerando que era presidente da REN e a ligação que havia nestas matérias, pergunto se, nesta negociação dos CMEC, em algum momento — vou concluir já que não, mas preciso da sua confirmação —, se mostrou contra estes contratos, formal ou informalmente. No fundo, a minha pergunta é: concordou ou não concordou com estes contratos?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não pode tirar a conclusão de que concordei com os contratos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Daí a minha questão.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não pode tirar essa conclusão. A única coisa que o senhor pode concluir é que, enquanto presidente da REN, não participei em nenhuma reunião para debater CMEC. Isso é o que pode concluir.

Faço disso uma questão central, porque há pessoas que têm a ideia de que estive metido nos CMEC. Não estive metido em CMEC nenhum!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Então, pergunto-lhe se em algum momento se mostrou, formal ou informalmente, contra os respetivos CMEC.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — O informalismo não pode entrar aqui.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E formalmente?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não, formalmente não tenho nenhuma prova de que tenha recusado qualquer CMEC.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, a REN negociou CMEC com dois governos do PSD: o Governo do Dr. Durão Barroso e o Governo do Dr. Santana Lopes.

Peço-lhe que me diga qual é a sua opinião relativamente a esta negociação e se nesta negociação houve ou não o objetivo de tornar os contratos CMEC mais favoráveis à EDP.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não posso, de modo nenhum, fazer aqui um salto no escuro e, depois de dizer o que disse sobre os CMEC, passar agora para o lado em que digo: «ah, os CMEC foram absolutamente bem feitos».

Os CMEC existem como texto de relação contratual, é isto que quero sublinhar, e quem aceita os CMEC é o Estado, que os aceitou na altura em que foram celebrados — o Estado, através do Ministro da Energia, de um lado e do outro, dos dois governos que o senhor referiu. Mas foram aceites, caso contrário não o teriam sido.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Que foram aceites nós percebemos. A pergunta é se eles, enquanto resultado, tiveram uma valorização da posição da EDP.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Penso que se tivermos em conta o tempo em que ocorreu a privatização da EDP poderemos ter alguma ideia de que pode ter havido uma tendência para inflacionar o valor da EDP que, depois, iria à Bolsa. Podemos ter essa ideia, mas, mesmo assim, é preciso ter os pés no chão. Eu não tenho, na minha cabeça, nenhuma evolução que me permita concluir isso.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Algumas afirmações que ouvimos aqui, de que o objetivo destas soluções era dar mais lucro à EDP, tendo, como objetivo final, a privatização — aliás, estas foram opiniões expressas por diferentes personalidades nesta Comissão —, são considerações, conclusões, razoáveis ou estão completamente desfasadas da realidade? Qual é a sua perspetiva sobre isto?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Há uma ideia sobre o «embelezamento da noiva»...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Essa é uma expressão que já ouvimos algumas vezes!

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Essa história de «embelezar a noiva» é uma história que povoava, na altura, o ambiente do setor: «embelezar a noiva» porque ela ia para o mercado.

«Embelezar a noiva» é uma matéria como outra qualquer e posso aceitar, como imediato, que possa haver essa tendência de as pessoas ligarem

as duas coisas: uma caracterização dos CMEC com o «embelezamento da noiva».

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Faço-lhe uma última pergunta: «a noiva» foi bonita para o casamento, ou não, Sr. Engenheiro?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não faço ideia.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Não foi ao casamento da noiva?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não fui.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Bruno Dias.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Muito obrigado, Sr. Deputado Fernando Anastácio.

Antes de passarmos à segunda ronda de perguntas, aproveito apenas para fazer uma referência muito breve.

O Sr. Deputado Fernando Anastácio, no âmbito da sua intervenção, fez uma pergunta ao Sr. Eng.º Penedos, que tratava de matéria de opinião e que tinha a ver com os CAE, e o Sr. Eng.º Penedos escusou-se a dar a opinião, embora mais à frente tenha tecido algumas considerações, como observámos.

Se se tratasse de matéria de facto ou de informação a partilhar com a Comissão de Inquérito teríamos de tratar do assunto de outra forma e, eu próprio, como Presidente em funções, teria de ter outra intervenção.

Os Srs. Deputados observaram que eu me mantive em silêncio, porque considerei que, tratando-se de um pedido de opinião ao depoente, não se

tratando de matéria de facto, digamos que a escusa em manifestar opinião pessoal pode... Enfim, não quero suscitar aqui outro tipo de incidentes.

Portanto, está esclarecido: matéria de facto é uma coisa e opinião é outra.

Aproveito, ainda, para esclarecer que nas perguntas que eu próprio fiz ao Sr. Eng.º Penedos não afirmei que o senhor assinou CAE; simplesmente referi que era Secretário de Estado da Energia, na altura, e teve um papel no processo, até do ponto de vista institucional e governativo.

Agora, sim, vamos passar à segunda ronda de perguntas, na qual cada grupo parlamentar terá cinco minutos e o Sr. Eng.º Penedos responderá no fim, dispondo de tempo equivalente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Engenheiro, com toda a frontalidade e todo o respeito, enquanto proponente desta Comissão de Inquérito nunca pensei vir a ouvir, nos nossos trabalhos, um ex-presidente da REN dizer que a extensão do domínio hídrico foi uma decisão tomada contra o interesse nacional e, ao mesmo tempo, que não quis, sequer, vincular-se à entrega formal ao Governo de um estudo que demonstrava isso, para se proteger.

Estas são declarações que fez aqui e que eu não esperava vir a ouvir neste contexto.

Portanto, se quiser corrigir estas declarações peço-lhe que o faça e nos esclareça melhor acerca de como este processo realmente decorreu, ou seja, se deixou a produção, a entrega e o compromisso, digamos, da parte da REN com esta avaliação, exclusivamente ao Eng.º Vítor Baptista. Fê-lo para se proteger? Se o fez, foi para se proteger do quê?

Depois de constatar que o Governo preparava uma avaliação que iria prejudicar o interesse nacional, já depois de o Eng.º Vítor Baptista ter

entregado a avaliação que produziu, por que razão, então, não tomou uma posição formal da REN junto do Governo — não estou a dizer publicamente, junto do Ministério Público, mas junto do Governo? Por que é que nessa altura não entregou uma avaliação formal ao Governo, validada pelo conselho de administração a que presidia?

Referiu-se, também, ao facto de que a extensão do domínio hídrico era necessária, porque a EDP estava em dificuldades, mas a EDP, no momento da extensão do domínio hídrico, já estava a beneficiar de CAE com rentabilidades garantidas de 8,5% ao longo de 20 anos.

Portanto, as dificuldades dos anos 90 a que o Sr. Engenheiro há bocado aludia e a necessidade de custos de manutenção que a EDP tinha dificuldades em enfrentar, bem, isso já estava mais do que resolvido e a EDP já beneficiava de taxas de rentabilidade elevadíssimas, nos CAE, que, nessa altura, já recebia há 12 anos. Pergunto: então, quais eram as dificuldades da EDP que justificavam esta medida?

Uma segunda pergunta, que tem a ver com outro assunto, é a seguinte: depois da sua saída da REN — portanto, já não foi decisão sua — deixaram de realizar-se, em 2010, as reuniões paritárias entre a EDP e a REN.

Como é que avalia a importância dessas reuniões formais que, durante muitos anos, 10 anos ou coisa do género, se fizeram entre a EDP e a REN e de cujas atas era dado conhecimento à Direção-Geral da Energia? Estamos a falar da transparência de atividades reguladas, da articulação que estas duas empresas, que têm grande parte da sua atividade, se não toda, regulada, e, portanto, da transparência das decisões que são tomadas neste âmbito junto da administração e da Direção-Geral.

Isto terminou em 2010, já sob o conselho de administração de Rui Cartaxo e João Conceição, por decisão deste conselho de administração. O que acha que se perde com esta decisão, em termos da transparência da gestão destes ativos regulados junto da administração?

Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente, Maria das Mercês Borges.

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do CDS, Sr. Deputado Hélder Amaral.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, queria começar por fazer uma nota, até perante alguém que foi presidente de uma comissão de inquérito, em como considero inaceitáveis algumas das respostas que dizem respeito ao Parlamento e a uma comissão de inquérito.

Sou muito leal aos meus amigos, mas registo – e espero que fique no nosso relatório final – que muitas das respostas às perguntas foram: «Não digo nada» ou «não respondo», para manter a boa imagem do Eng.^o Guterres ou de outro governante qualquer.

Pensei que estávamos aqui para defesa do interesse público e não para defesa dos interesses de amizade ou do bom nome de um qualquer ex-governante, mas foi o que aconteceu e está gravado.

Quero voltar a uma pergunta, mas de forma diferente: o Sr. Engenheiro foi CEO da REN à data da extensão do domínio hídrico e disse aqui que, inclusivamente, a REN era também parte desse negócio e que considera que foi um negócio que lesa o interesse nacional, e lesa, desde logo, o interesse da REN.

O que é estranho é que não se demitiu, à data, não protestou, não diz mais para proteger ex-governantes — ou para se proteger a si próprio — e, portanto, estranho que um CEO de uma empresa, à data pública, se tenha deparado com um negócio que lesava o interesse nacional e lesava

diretamente os interesses da empresa que tutelava e de que era CEO e tenha achado tudo isto normal.

Vou, ainda, mais longe: o Sr. Engenheiro fez aqui rasgados elogios, que quero subscrever, ao então presidente da ERSE, Jorge Vasconcelos, mas ele fez alertas sobre os CMEC e sobre a possibilidade de eles não cumprirem aquilo que V. Ex.^a disse aqui, que era meramente a manutenção do equilíbrio contratual.

Ele fez alertas de que isso podia não acontecer e também sobre o impacto que isso tinha quer nos industriais, quer nos consumidores de energia, e deu até um valor: 637 milhões de euros.

O outro regulador, o Prof. Abel Mateus, também disse: «Fartei-me de fazer alertas ao Governo». O regulador fez muitos alertas, não sobre a essência dos CMEC, mas sobre o prejuízos ou a deficiente partilha de riscos entre privado e público que poderia decorrer daí.

Não posso aceitar que alguém que foi secretário de Estado, tão envolvido na governação da coisa pública, CEO — e não o foi *pro bono* — de uma das maiores empresas nacionais, se escude na falta de memória, ou na proteção das amizades, ou do interesse que não é o interesse público.

Peço imensa desculpa, mas se puder ajude-nos, pelo menos agora, nessa resposta conjunta, e diga-nos por que é que enquanto presidente da REN se limitou a assistir... Olhe, faz boa equipa com o então regulador Manuel Sebastião, que também se limitou a assistir, nessa altura, também para proteger um outro amigo, Manuel Pinho. Mas nós estamos aqui não para tratar de amizades, mas do interesse público.

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Bruno Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Engenheiro José Penedos, às minhas perguntas de há pouco, relativamente ao processo da decisão sobre a extensão da concessão do domínio público hídrico, o senhor respondeu-nos que foi o único caso em que a REN apresentava um documento avaliando e propondo uma taxa de remuneração de capital e — lá está! — que iria determinar o valor de uma concessão.

Todavia, uma coisa com esta importância e relevância para o País e para a empresa não foi a conselho de administração. Isto foi apresentado como um documento de trabalho, que não passou pelo conselho de administração, e — as palavras foram suas —, ficámos com esse registo, «para se defender».

Quando eu lhe fiz essa pergunta, a resposta que nos deu acabou por não ser muito esclarecedora. Pedia-lhe que voltasse ao tema para esclarecer de quem ou de que é que se estava a defender.

E pergunto-lhe se, agora, passados estes anos e olhando para trás, continua a considerar que a decisão que tomou — pois presumo que não tenha sido por distração de ninguém, foi uma opção deliberada e consciente do conselho de administração presidido por si —, de não levar à deliberação do conselho este assunto tenha sido uma opção deliberada e consciente do conselho de administração presidido por si.

Pergunto se, com o olhar de hoje, considera que esta foi a decisão adequada e acertada.

Pedia-lhe, também, que confirmasse se, em mais algum processo, esta era uma prática da REN e, ainda mais simplesmente, como se lembraram e como chegaram à conclusão de que não era preciso levar este assunto ao conselho de administração. Até porque a REN era subconcedente naquele

processo junto da EDP, ou seja, o Estado era concedente, a REN era concessionária junto do Estado, mas era subconcedente junto da EDP.

Há um processo em que o subconcedente e o subconcessionário chegam tecnicamente a acordo relativamente a um valor, passando esse valor para metade relativamente à receita que o Estado vai ter, beneficiando, inclusivamente, a EDP.

Será que este processo poderia ter outro tipo de contornos, se houvesse outro tipo de decisões e outro tipo de iniciativas e intervenções? Como é que explica, hoje, que o presidente do conselho de administração da REN, parte envolvida diretamente neste processo, tenha olhado daquela forma para um despacho que decide? Ficou surpreendido e a vida continuou? Como é que isto foi possível?

Por outro lado, gostava de colocar a questão sobre o acompanhamento que fez a esse procedimento e sobre o contacto levado a cabo pela REN junto de outras entidades que não a EDP e o Governo. Do conhecimento que tem, enquanto presidente da administração, quais foram as interações e os contactos levados a cabo nesse âmbito, junto da REN ou por parte da REN — consultores, bancos, etc.? Com quem interagiu a REN?

Um outro aspeto que agradecia que pudesse também esclarecer tem que ver com a adoção e a entrada em funcionamento, digamos assim, do chamado sistema Valorágua.

Em que momento é que o modelo Valorágua entra em efeito, no âmbito da REN? A REN praticamente operava, geria e utilizava aquele sistema relativamente à verificação dos quantitativos que, depois, seriam colocados em cima da mesa na ligação com a EDP e com o Estado.

Assim, queria perguntar-lhe em que circunstâncias é que esse modelo foi assumido e entrou em funcionamento. Foi no seu tempo como Secretário de Estado, ou como presidente da REN? Em que termos é que esse processo se desenvolveu?

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Ramos, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Sr.^a Deputada Fátima Ramos, queira ter a gentileza. A palavra é sua.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr.^a Presidente, muito obrigada. Gostaria de cumprimentar o Sr. Engenheiro.

Em primeiro lugar, começaria por lamentar o facto de o Sr. Engenheiro ter recusado dar algumas respostas, porque as mesmas eram extremamente importantes para os portugueses. Estamos aqui para servir a causa pública e não para servir interesses, eventualmente, de amigos. Por isso mesmo, vou voltar a fazer-lhe algumas perguntas, nomeadamente sobre o domínio público hídrico.

O Dr. Manuel Pinho afirmou que a extensão da concessão do domínio público hídrico, para além dos prazos dos CAE, era um imperativo legal decorrente da aplicação dos CMEC.

Questionados sobre o mesmo assunto, os Profs. Jorge Vasconcelos e Vítor Santos responderam ambos que a extensão do domínio hídrico público, para além do prazo dos CAE, não era um imperativo legal decorrente da legislação dos CMEC. A propósito do Decreto-Lei n.º 240/2004, há uma referência a essa possibilidade e nos acordos de cessação há uma cláusula suspensiva até à atribuição da concessão do domínio público hídrico à concessionária, à RNT (Rede Nacional de Transporte) e depois à REN.

Da análise da nota elaborada em 2007 resulta claro que, antes de 2006, a hipótese de haver uma extensão de domínio público hídrico, para além dos CAE, era meramente uma opção só possível através de concurso público. A extensão do domínio público hídrico, para além do prazo dos CAE e, conseqüentemente, dos CMEC, nunca foi considerada imperativa, nem tida como o cenário central da configuração do mecanismo CMEC até 2006.

O que lhe pergunto é se está de acordo com o entendimento de que a extensão da licença do domínio público hídrico não era um imperativo legal resultante dos CMEC.

Na sua opinião, qual o motivo que levou o Ministro Manuel Pinho a fazer a referida prorrogação, antes do prazo estipulado para tal, nos termos do Decreto-Lei n.º 183/1995, ou seja, cinco anos antes dos termos dos contratos CAE e sem recurso a concurso público?

Enquanto presidente da REN, o Sr. Engenheiro já aqui nos disse que não teve participação no processo de cessação dos CAE e na definição dos CMEC, não nos explicando a situação. No entanto, como já foi referido, a citada nota enviada pela REN a respeito dos CMEC das centrais hídricas menciona que existiam duas visões sobre a taxa de desconto a aplicar ao valor residual da concessão à data do fim dos CAE.

Como o Sr. Engenheiro sabe, a diferença entre estas duas visões representava cerca de 400 milhões de euros, pelo que — e insisto novamente — pergunto o que levou o Sr. Engenheiro a assinar um contrato que os serviços tinham já identificado como lesivo para o interesse público. Peço que identifique bem qual foi o seu papel, de facto, porque subsiste alguma confusão nesta matéria.

Tem-se aqui falado, muitas vezes, do «monstro elétrico». Durante o Governo do Eng.º José Sócrates foi efetuada a elaboração do Programa Nacional de Barragens e do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis. Nesse sentido, poderia esclarecer esta Comissão sobre o impacto que a concretização de ambos os planos teria, no setor energético, designadamente no aumento da capacidade de produção elétrica?

Praticamente todos os especialistas ouvidos nesta Comissão referiram que a produção em regime especial tem um impacto significativo não só no valor da PRE, apresentado nos custos de política energética e de interesse

económico e geral, mas também no valor dos CMEC, devido à redução das receitas que gera nas centrais abrangidas pelos CMEC.

Já aqui foi referido que o aumento significativo da capacidade de produção de energia eólica, no contexto de existência de centrais com CAE e CMEC, está na base daquilo a que chamaram de «monstro elétrico». Gostaria de saber a sua opinião — apesar da informação que deu há pouco — sobre as eólicas.

Considerando que o Governo, em 2007, tinha toda a informação necessária relativa ao impacto de um aumento de potência em regime de *feed-in tariffs* e considerando que os custos de transição para a concorrência já tinham terminado em Espanha, não acha que todo o mecanismo CMEC deveria ter sido reponderado nessa altura? Creio que essa reponderação não foi feita.

De seguida, gostaria apenas de lhe pedir que nos explicasse melhor, em traços gerais, qual é o objetivo e como funciona o modelo Valorágua.

Podemos concluir que os CMEC, que geram uma remuneração à EDP, num contexto de eficiência de despacho, impediam, através do modelo Valorágua, que a EDP praticasse estratégias de arbitragem em relação à oferta para despacho? Como se tratava a não eficiência do despacho, no contexto dos CAE? É possível dizer que, com a adoção do regime dos CMEC, foi transferido o risco de gestão eficiente do despacho para a EDP?

Sendo o Sr. Engenheiro um profundo conhecedor do setor elétrico, gostava ainda de saber se concorda com a opinião, que já foi aqui apresentada, de que os CMEC são mais gravosos do que os CAE, do ponto de vista da concorrência.

A Sr.^a **Presidente**: — Para concluir esta segunda ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Anastácio, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, com a mesma frontalidade e convicção com que, no início da audição, a respeito de uma intervenção da Sr.^a Presidente, suscitei que, naquele momento, não me parecia estarem reunidas as condições de facto para que se colocasse a questão nos termos em que foi colocada, reconheço agora que, e digo-lhe a minha opinião pessoal fruto do desenvolvimento da audição, ficou-me a sensação de que algumas não respostas não são compreensíveis.

E não o são por uma simples razão, Sr. Engenheiro: compreendo as questões de amizade pessoal, compreendo todo esse respeito em relação a pessoas que estiveram consigo no Governo e noutras funções, mas há aqui questões que, na minha perspetiva, um Secretário de Estado e um presidente da REN, mesmo que não tenham tido uma intervenção direta na construção de toda a solução, necessariamente alguma memória ou algum tipo de participação têm de ter.

Por isso, da mesma forma que, na altura, questioneei, também agora deixo aqui o reparo: esta Comissão de Inquérito e os esclarecimentos de que precisamos teriam ganhado bastante com a possibilidade de termos um depoimento mais preciso sobre muitas das matérias que aqui foram abordadas.

Não tenho mais questões de fundo a colocar e vou terminar com uma única pergunta, que, de alguma maneira, já foi respondida, pelo menos na solução que foi dada ao problema.

Relativamente ao tempo em que foi presidente da REN — entre 2001 e 2008 ou 2009, se não estou enganado — na minha perspetiva, tenho algumas reservas quanto ao facto de ter cabido à REN a avaliação dos próprios CMEC. Aliás, somente neste Governo, mais recentemente, é que as simulações trimestrais foram retiradas à REN e passaram para a ERSE.

A minha pergunta é se o Sr. Engenheiro, enquanto presidente da REN, nunca questionou, nessa altura, o facto de ter de fazer essa avaliação, considerando o papel da REN no quadro geral desta problemática.

A Sr.^a **Presidente**: — Concluída esta segunda ronda, dou a palavra ao Sr. Eng.º José Penedos, para responder às questões que foram colocadas.

Dispõe de um período máximo de 20 minutos.

Queira ter a gentileza, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Começo pelo Sr. Deputado Jorge Costa, que me perguntou se fiz alguma coisa para me proteger.

Eu não sei onde foi buscar essa ideia nas minhas declarações, porque uma coisa é alguém que está no desempenho de funções ter uma noção de proteção institucional, digamos assim, porque o cargo assim o impõe, outra coisa é proteção individual, que foi algo que nunca me preocupou, a título nenhum. Portanto, queria pôr de lado essa sua ideia.

Depois, ainda me perguntou se a EDP estava em dificuldades e quais eram essas dificuldades. Não sei se ficou claro que as dificuldades da EDP tinham que ver com os recursos contabilísticos que pudesse usar para efeitos de privatização. Basicamente, essa era a grande questão da EDP nesta altura.

Também me perguntou se as reuniões paritárias entre a EDP e a REN, que obrigavam a ter uma ata para Direção-Geral de Energia e Geologia, deviam ou não continuar. Quando saí de lá, essa prática ainda existia, por isso não sei responder à sua pergunta. A única coisa que lhe digo é que me parece que estas reuniões eram muito úteis. É a única coisa que lhe posso dizer.

O Sr. Deputado Hélder Amaral perguntou-me se eu fiz alguma coisa enquanto presidente da REN... Bem, Sr. Deputado, tem condições para avaliar, avalie como bem o entender. Eu fiz, enquanto presidente da REN, o

que devia fazer, tenho essa consciência e não me arrependo de nada do que fiz.

O Sr. Deputado Bruno Dias perguntou-me se os documentos de trabalho não tinham de passar pelo conselho de administração. Havia documentos de trabalho que saíam do conselho sem serem observados pelo conselho na sua globalidade. É normal! É normal! Sabe o que é que é normal? É que se você não tem condições para tomar uma decisão em conselho não vai submeter a conselho uma matéria que ainda está interrogada...! Essa é a grande questão. A matéria está em construção e a noção de que está em construção é uma noção muito importante e, portanto, algumas dessas eram matérias em construção.

O Valorágua é um modelo de equilíbrio de gestão das aflúências e, para todos os efeitos, do que está em cada aproveitamento hidroelétrico. O Valorágua era gerido por uma entidade chamada conselho de... – vamos lá ver se me lembro do nome... Era uma entidade que estava na Avenida Sá da Bandeira, no Porto, que geria o Valorágua; não era uma gestão da REN. Era uma gestão feita em articulação, se quisermos, entre a Direção de Planeamento da EDP e a Direção da REN na parte que poderia ter um contributo específico, e isso foi o que sempre aconteceu com o Valorágua.

A Sr.^a Deputada Fátima Ramos colocou-me uma pergunta muito delicada sobre qual a razão para eu evitar o nome dos amigos... Eu não sei se é legítimo estar a pôr o nome dos meus amigos aqui na mesa, por isso é que eu pedi para eles não estarem na mesa, porque, em bom rigor, eu não posso explicar o que é que levou o Deputado Manuel Pinho a fazer um despacho sobre CMEC... O Deputado não, peço desculpa, o Ministro! Ele, aliás, demonstrou na forma como se comportou com os Deputados que não merece ser Deputado...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isso é bem verdade!

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Os CTC terminaram em Espanha e essa matéria foi, na altura, muito observada por nós; agora, eu não podia era ter aqui sozinho a mesma atitude que teve o Governo de Zapatero. Não podia ter!

Quanto ao Deputado Fernando Anastácio, do PS, que me perguntou como é que eu avalio os CMEC, julgo que ficou claro...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro, desculpe interromper.

Eu não perguntei como é que avalia os CMEC; eu perguntei como é que se sentia, enquanto presidente da REN, a avaliar os CMEC, que é uma coisa diferente.

A Sr.ª **Presidente**: — Sr.º Engenheiro, peço-lhe que tenha em consideração o esclarecimento dado pelo Sr. Deputado Fernando Anastácio. Queira continuar.

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Muito bem!

Eu não posso estar a avaliar os CMEC de uma maneira ao longo desta sessão e no fim mudar de opinião sobre os CMEC. O Sr. Deputado vai permitir-me que eu não mude de opinião!

E faço questão de lhe dizer o seguinte: na minha opinião, os CMEC tiveram uma evolução que fica interrogada, a vários títulos, pela forma como foram feitas as últimas contas.

Agora, há uma coisa que quero dizer: é que, do ponto de vista da consideração das rendas excessivas com que esta Comissão se preocupa, tenho para mim, que a Comissão Europeia deu a resposta certa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, posso usar da palavra?

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, antes de concluirmos esta segunda ronda de perguntas queria solicitar que, porque é natural que possa escapar alguma resposta, à pergunta que foi feita sobre o processo de renovação da concessão do domínio público hídrico e sobre que outras entidades, para além do Governo e da EDP, é que interagiram com a REN nesse processo, o Sr. Engenheiro respondesse.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, por considerar que a sua pergunta não foi tida em consideração, pergunto ao Sr. Eng.^o José Penedos se deseja responder a esta questão, que, por lapso, até pode ter passado.

Tem a palavra Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Tenho muito gosto em responder; essa pergunta passou-me.

O Sr. Deputado fez-me três perguntas e uma delas tinha a ver com a questão de saber se a decisão foi acertada...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa era a primeira.

O Sr. **José Penedos**: — Sim, era a primeira. E, depois, perguntou-me que combate é que tinha sido feito em defesa da REN...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Engenheiro, o Sr. Deputado Bruno Dias perguntou – e faço esta intervenção para não haver diálogo, porque não

estamos no período pergunta/resposta – que outras entidades interagiram com a REN. Certo, Sr. Deputado?

Queria formular de novo a questão, por favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Na verdade, o Sr. Eng.^o Penedos tem razão para se lembrar da questão da defesa, porque quando perguntámos para se defender de quem e do quê é que não levou a proposta a conselho de administração, isso tinha a ver com essa questão que, de facto, também lhe escapou.

Portanto, é bom que responda, agora: foi para se defender do quê e de quem?

A Sr.^a **Presidente**: — Reformule a questão, por favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Reformulando, pergunto: quem é que estava a querer defender, ou de quem é que estava querer defender-se quando não levou a proposta de avaliação ao conselho de administração?

A outra questão que, agora, sinalizo tem a ver com a questão de saber que outras entidades, para além do Governo ou da EDP, interagiram com a REN nesse mesmo processo.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, ao que desejar, tem a palavra Sr. Eng.^o José Penedos.

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Há um problema que tem a ver com quem interfere no domínio hídrico.

Quando é caracterizado o domínio hídrico há duas entidades que interferem sempre: a REN e a EDP. Interferem quando o aproveitamento é delas. Na altura, a REN era da EDP. Nós é que nos esquecemos disso! A

REN era uma entidade que era propriedade da EDP, não era autónoma e, portanto, havia aqui uma certa tendência em absorver os fenómenos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em 2007?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Em 2007 já não era bem assim. Em 2007 foi quando se iniciou a privatização.

O Sr. Deputado Bruno Dias também me perguntou pelo racional do modelo Valorágua e eu quero dizer que o modelo Valorágua era um modelo de equilíbrio entre procura e oferta. Era um modelo de equilíbrio, que era rodado em termos de Direção do Planeamento, central a central, e, portanto, qualquer problema de segurança de abastecimento era sempre observado na lógica do modelo Valorágua.

Há bocado não lhe dei esta resposta.

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Engenheiro, concluiu as respostas todas que tinha a dar às questões que lhe foram colocadas?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Sim.

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Engenheiro, considera que não tem mais nada a acrescentar?

O Sr. Eng.º **José Penedos**: — Não.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigada.

Srs. Deputados, vamos passar à terceira ronda, começando por dar a palavra, uma vez que o Sr. Deputado Jorge Costa prescinde, ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, antes de começar as minhas perguntas ao Sr. Eng.º Penedos, queria colocar uma questão que tem a ver com as consequências de uma pessoa não responder a perguntas na Comissão de Inquérito.

Eu, há pouco, quando estava a presidir até sinalizei que havia uma questão que o Sr. Eng.º Penedos se escusou a comentar e que tinha a ver com uma matéria de opinião, mas eu fiz duas perguntas muito objetivas, que foram: primeira, defender-se de quê ou de quem quando não levou uma proposta a conselho de administração; segunda, que outras entidades, para além da EDP e do Governo, interagiram com o Governo naquele processo.

Pode ter sido por lapso, ou por dois lapsos, ou por três lapsos... A verdade é que nós gastamos todo o tempo de que dispomos a repetir perguntas, chegamos ao fim da reunião e não há respostas e, depois, pergunto: que consequências é que isto tem?

É que as perguntas estão por responder e, nesse contexto, nem que eu tenha de me dirigir à Sr.^a Presidente e aos Srs. Deputados, gostaria de saber como é que resolvemos esta questão.

Dito isto, peço a ajuda da Mesa, Sr.^a Presidente, para que me seja dada uma resposta a estas duas perguntas muito factuais: defender-se de quê ou de quem quando não se leva a proposta a conselho de administração; e que outras entidades interagiram com a REN para além do Governo e da EDP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, permita-me que diga que não foi por acaso que, ao aperceber-me da situação, li o artigo 17.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e remeti para as consequências que decorrem do Código de Processo Penal.

Informei o Sr. Eng.º José Penedos, ele está informado de tudo e, portanto, à Mesa compete apelar à boa colaboração nos trabalhos e no

esclarecimento dos objetivos que esta Comissão prossegue e procurar que o Sr. Engenheiro responda às questões que os Srs. Deputados colocam.

A Mesa reserva-se a analisar a situação posteriormente com os Srs. Deputados.

Agora, sim, para início da terceira ronda de perguntas, tem a apalavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente, pelas suas palavras.

Eu, em todo o caso, considero que mais vale prevenir do que remediar e, portanto, é preferível não termos de falar de Código de Processo Penal e de desobediência qualificada enquanto a reunião ainda está a decorrer, portanto, ainda vamos a tempo de ter questões respondidas antes de passar a outras etapas.

Relativamente à resposta que nos deu sobre o modelo Valorágua, pareceu-me ouvir que o Sr. Eng.^o Penedos disse que não era gerido pela REN mas, sim, por uma outra entidade na Rua Sá da Bandeira, no Porto, entre a Direção de Planeamento da EDP e a Direção da REN que tratavam desta matéria.

Assim, peço-lhe que, na sua resposta, aprofunde e esclareça um pouco sobre qual era, efetivamente, o papel da REN na aplicação e na gestão do modelo Valorágua. Qual era, efetivamente, o papel e a função da REN?

Queria, ainda, fazer uma última referência que não é uma pergunta mas, sim, uma observação, um comentário, que é o seguinte: eu nunca tinha visto uma pessoa que, tendo sido secretário de Estado de um setor, passando pela responsabilidade e pelas funções de assumir, na altura, contratos com a dimensão e a importância dos contratos de aquisição de energia da EDP, não se recordasse de uma única coisa.

Perguntei se havia alguma coisa de que o senhor se lembrasse e quero dizer que, sem fazer juízos de valor e apenas observando que nunca tinha pensado que isto fosse possível – e nós não nos conhecíamos, contactámos só aqui na Comissão de Inquérito –, há pessoas que personificam e sintetizam, de facto, a linha política e as opções que são levadas a cabo na política que domina um país durante décadas.

Neste caso concreto, ainda, não tinha conhecido ninguém que melhor personificasse, de facto, essa realidade.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Bruno Dias.

Passo a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, antes de mais, relembro que há a grelha dos dois minutos e a dos três minutos. E nós, de facto, ainda pretendemos usar a grelha dos dois minutos, porque uma Sr.^a Deputada ainda quer fazer uma observação, e, depois, também pretendemos usar os três minutos que estão destinados à terceira ronda.

Gostaria, então, de saber se a Sr.^a Deputada Fátima Ramos pode usar esses dois minutos agora e se, depois, eu posso usar os três minutos, que não serão usados na totalidade, naturalmente.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.^a Presidente, não tenho objecção, apenas dúvidas quanto à ordem no uso dos tempos, mas a Sr.^a Presidente esclarecerá.

A Sr.^a **Presidente**: — Não havendo oposição a que esse tempo seja usado, tem a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Ramos, que dispõe de dois minutos.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Sr.^a Presidente, não vou colocar propriamente uma questão. As minhas palavras vão no seguimento do que o Sr. Engenheiro referiu há pouco a propósito dos amigos.

Sr. Engenheiro, é só para lhe dizer que lamento o facto de muitas das perguntas terem ficado por responder, dado que se trata de um assunto extremamente importante, o qual preocupa os consumidores e os portugueses, e que se prende com a defesa do interesse público.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, uso o tempo que resta ao Grupo Parlamentar do PSD, nesta ronda dos três minutos, para dizer ao Sr. Engenheiro — e conforme a Sr.^a Presidente teve oportunidade de referenciar — que, de facto, os depoentes estão obrigados a responder, e a responder com verdade, às perguntas que são feitas e cuja resposta seja do seu conhecimento direto.

Sr. Engenheiro, devo dizer que é com a maior estranheza que pudemos constatar que alguém que foi Secretário de Estado de um Governo — estou a falar relativamente a esta matéria da energia — e alguém que foi Presidente da REN num período tão longo da existência desta empresa tenha revelado falta de memória em relação a muitas das perguntas que lhe foram dirigidas, o que é absolutamente extraordinário.

E estranhámos essa circunstância tanto mais que as perguntas que foram feitas não distam em termos de tempo nem são tão diferentes daquelas que temos feito a outros depoentes.

Por isso, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria anunciar que, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, fica reservada a eventualidade de

voltarmos a propor o depoimento do Sr. Engenheiro mais à frente, se, efetivamente, constatarmos que muitas das não respostas que aqui foram oferecidas, tal como a não participação e evocação de desconhecimento de factos para não responder, vierem a justificar uma audição posterior.

A Sr.^a **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Anastácio, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.^a Presidente, é só para informar que, atendendo ao desenrolar da audição, não temos mais questões a colocar, pois não teríamos grande resultado com elas.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Engenheiro deseja prestar algum esclarecimento relativamente às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Bruno Dias e por outros Srs. Deputados ao longo da audição?

Tem 10 minutos, mas, se desejar usar de mais tempo, não irei criar qualquer impedimento nesse sentido.

Portanto, dispõe do tempo que desejar para poder responder às questões que os Srs. Deputados colocaram.

O Sr. Eng.^o **José Penedos**: — Respondo, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Bruno Dias, porque me parece que tem a ideia de que andei a fazer a defesa da REN sem levar a conselho as matérias que lá deviam ir. Isso não é realista e não cobre nenhuma verdade que possa ser transmitida a um conselho de administração.

Há uma coisa chamada «documentos de trabalho», «documentos prévios». Esses documentos prévios eram elaborados e havia um senhor, chamado Vítor Baptista — já aqui foi falado —, que tinha a responsabilidade, porque era ele quem vivia no Porto, e, portanto, tinha a

hipótese de fazer mais ligações com o Valorágua. Era ele quem fazia a relação direta do nosso conselho de administração com a Direção de Planeamento do Porto.

É muito importante que saiba isso para perceber que não houve uma defesa da REN com prejuízo da REN. Não houve!

Em relação ao Valorágua, acho que não há mais nada a dizer, porque me parece que o racional do modelo estava explicado, bem como o facto de estar instalado na Direção de Planeamento do Porto, que era uma direção de planeamento da EDP que ficava na Avenida Sá da Bandeira.

A Sr.^a Deputada Fátima Ramos referiu que houve perguntas que ficaram por responder.

Tenho de lhe dizer que as perguntas que a Sr.^a Deputada fez e a que eu podia responder, respondi!

Em relação às perguntas que os Srs. Deputados queiram ver respondidas e às quais não tenha respondido, estou disponível para cá voltar, se for necessário.

Há uma coisa que vos quero referir: o direito à memória. Os senhores não podem obrigar um depoente, com este critério, a dizer o que não sabe ou o que não se lembra. Não podem! E por uma razão simples: faz parte da regra de qualquer pessoa que esteja a depor.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Eng.º José Penedos.

Concluimos, assim, esta audição/inquirição.

Agradeço a presença do Sr. Eng.º José Penedos, bem como a das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Nada mais havendo a acrescentar, exceto relembrar a reunião que ainda temos hoje, desejo um bom almoço.

Está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 53 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.